



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

MANHÃ

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA IX

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- 2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Leia o fragmento a seguir.

“No dia seguinte fui à casa vizinha, logo que pude. Capitu despedia-se de duas amigas que tinham ido visitá-la, Paula e Sancha, companheiras de colégio, aquela de quinze, esta de dezessete anos, a primeira filha de um médico, a segunda de um comerciante de objetos americanos. Estava abatida, trazia um lenço atado na cabeça; a mãe contou-me que fora excesso de leitura na véspera, antes e depois do chá, na sala e na cama, até muito depois da meia-noite, e com lamparina... — Se eu acendesse vela, mamãe zangava-se. Já estou boa. E como desatasse o lenço, a mãe disse-lhe timidamente que era melhor atá-lo, mas Capitu respondeu que não era preciso, estava boa.

Ficamos sós na sala; Capitu confirmou a narração da mãe, acrescentando que passara mal por causa do que ouvira em minha casa. Também eu lhe contei o que se dera comigo, a entrevista com minha mãe, as minhas súplicas, as lágrimas dela, e por fim as últimas respostas decisivas; dentro de dois ou três meses iria para o seminário.”

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. Livraria Garnier. Rio de Janeiro. 1ª ed. 1899.

Acerca do fragmento acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A passagem mostra uma sequência ininterrupta de fatos, como é marca dos textos narrativos.
- (B) O texto é interrompido tanto por um fragmento descritivo como por um *flash-back*.
- (C) O narrador do texto é do tipo onisciente, já que informa ao leitor sobre aspectos interiores e exteriores dos personagens, além da motivação de suas ações.
- (D) Os fatos e acontecimentos presentes na narrativa são frutos da perspectiva de personagens variados.
- (E) Algumas observações do narrador têm por objeto a própria composição do texto, de cunho metalinguístico.

2

Os fatos narrativos mostram diferentes marcas de interesse para os leitores segundo o tipo de texto narrativo.

Assim, nas opções a seguir, foram indicados vários tipos de romances com o foco de interesse correspondente a cada um deles.

Assinale a opção em que essa correspondência está **inadequada**.

- (A) Romance histórico: fatos que são envolvidos num determinado momento histórico, com finalidades didáticas.
- (B) Romance policial: fato criminoso que é preciso ser solucionado por algum tipo de investigação.
- (C) Romance de aventuras: fatos de grande movimentação, cheios de peripécias, geralmente centralizados em um personagem.
- (D) Romance de ficção científica: fatos futuros com envolvimento tecnológico vistos como passados.
- (E) Romance psicológico: fatos que envolvem análises de temperamentos ou comportamentos de interesse.

3

Leia o seguinte fragmento.

“Na terça-feira, por volta das 14:30h, um aluno de minha turma levantou a mão e perguntou:

— Como se faz para contar uma história?

O professor Leonardo não esperava por isso.

— Que história? Disse ele.

— Não sei: uma história qualquer...

— Bom, justamente, é preciso saber, porque não contamos todas as histórias do mesmo modo. Para começar, veja só: a primeira ideia que surge na cabeça pode referir-se a uma situação ou a um personagem. A história se desenvolverá diferentemente segundo o caso. De fato, na maioria das vezes, encontramos os dois ao mesmo tempo, porque é raro que um vá sem o outro. Em seguida, é preciso dar um nome aos personagens.

[...] O professor Leonardo continuou algum tempo no mesmo tom, esquivando-se de várias respostas, que ele não conhecia.”

Sobre a estruturação e a composição desse pequeno fragmento narrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os diálogos representam uma interrupção da evolução cronológica da narrativa.
- (B) A pergunta do professor – Que história? – mostra o não entendimento da pergunta do aluno.
- (C) No segmento “De fato, na maioria das vezes, encontramos os dois ao mesmo tempo, porque é raro que um vá sem o outro.” há uma redundância que mostra a estratégia de ganhar tempo.
- (D) A afirmação do professor de que “não contamos todas as histórias do mesmo modo” confirma a afirmação final do texto, que fala do desconhecimento do professor.
- (E) Os colchetes com pontos em seu interior indicam ao leitor as vacilações do professor nas respostas dadas ao aluno.

4

Leia o segmento de texto narrativo a seguir.

“O homem voltava para casa pela rua estreita e mal pavimentada, à beira de um regato poluído. A noite estava silenciosa, mas ouviu um pequeno ruído de algo que se mexia na calçada, em meio a alguns papéis. Aproximou-se devagar e viu uma cadelinha com cara de ter sido abandonada, pois aparentava não saber o que fazer. Decidiu ajudá-la e, como estava muito próximo de sua casa, apanhou um pouco da ração dos gatos e ofereceu de bom grado ao animalzinho. Foi o começo de uma vida longa, que só terminou no último mês, quando a enterrou com pompas, no quintal de sua casa, em funeral acompanhado de choro e saudades.”

Sobre os componentes textuais desse segmento narrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O início do texto introduz diretamente o leitor na narrativa.
- (B) O fato que dá início ao texto narrativo é a volta do homem para casa.
- (C) O fato de fechamento da narrativa é o de oferecimento e aceitação do alimento por parte da cadelinha.
- (D) A expressão “Foi o começo de uma vida longa” sintetiza um grande número de fatos narrativos.
- (E) A expressão “no último mês” data de forma precisa a ocorrência do fato narrado.

5

Leia o texto a seguir.

“O deputado acordou cedo, pois aquele era um dia importante para ele, visto ser o autor do projeto que ia ser apreciado por uma comissão. Ao chegar à Câmara dirigiu-se imediatamente a seu gabinete e, com a ajuda de auxiliares, passou a comunicar-se com alguns membros da comissão a fim de alertá-los para a importância do projeto. Chegada a hora, dirigiu-se ao local onde ocorreria a discussão e ficou satisfeito ao ver que estavam presentes muitos deputados aliados.”

Sobre a estruturação narrativa desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto é introduzido por um segmento de tipo argumentativo, que leva às ações seguintes.
- (B) As ações são narradas com lentidão a fim de criar-se certo suspense e atrair a atenção do leitor.
- (C) Os fatos narrativos são interrompidos duas vezes por segmentos descritivos.
- (D) A ligação temporal entre os períodos é realizada prioritariamente por conectores temporais.
- (E) O fato principal da narrativa não chega a uma conclusão, ainda que haja prenúncios positivos.

6

Leia o texto argumentativo a seguir.

A Educação Física

Sempre fui inimigo do que hoje chamamos, com expressão tão ambiciosa quanto absurda, educação física. Não se deve educar fisicamente a ninguém, e quem diz isso é um professor de ginástica. Para criar hábitos saudáveis, que nos acompanhem toda a vida, não há pior caminho que o da ginástica e dos esportes, que são exercícios automatizados, em certo sentido abstratos, desintegrados, tanto da vida animal quanto da humana. Mesmo supondo que esses exercícios sejam saudáveis – e é demais supor – nunca nos dão de trazer grande proveito, porque não é fácil que nos acompanhem, salvo em alguns anos de nossa efêmera existência. Se conseguíssemos, ao contrário, despertar na criança o amor à Natureza, por deleitar-se em contemplá-la, ou por despertar a curiosidade por ela, capazes de atravessar serras em dias de inverno, seja pelo desejo de recrear-se no espetáculo dos pinheiros e dos montes, seja pelo afã científico de estudar a estrutura e a composição das pedras ou de encontrar uma nova espécie de lagartixas. Todo esporte, ao contrário, é trabalho estéril, quando não atividade estúpida.

MACHADO, A. *Psicologia do Esporte*. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2006.

Em relação à estrutura argumentativa desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A tese do texto pode ser explicitada pela frase “A Educação Física é desaconselhável”.
- (B) Um dos argumentos é o de que os exercícios físicos são distantes da Natureza.
- (C) Outro argumento empregado no texto diz que boas condições físicas são obtidas com passeios pelo campo.
- (D) O último argumento do texto indica que a pesquisa científica é atividade mais útil do que a prática de esportes.
- (E) A conclusão do texto indica que a prática de exercícios físicos é estúpida, pois é mecanizada e só é seguida por pessoas de menor valor cultural.

7

Sobre o tema “*Televisão: positiva ou negativa?*” foram feitas as cinco afirmativas a seguir. O aspecto argumentativo que está inadequadamente destacado em uma delas, é:

- (A) “Como dizia Stanislaw Ponte-Preta, a televisão emburrece!” / citação que envolve autoridade de alguém.
- (B) “A televisão produz violência, como a que acaba de ser cometida pelo pai de família que matou sua família.” / citação de um exemplo.
- (C) “Cerca de 80% dos entrevistados pela pesquisa afirmaram que desde a chegada da televisão em suas casas, as conversas entre as pessoas da família diminuíram muito.” / estatística tendenciosa.
- (D) “Todos os problemas causados pela televisão terminam, se a desligamos.” / simplificação exagerada.
- (E) “Se, como afirmam todos, a televisão incentiva a violência, é melhor que não a compremos.” / dedução.

8

Leia o fragmento textual a seguir, retirado de um livro teórico sobre argumentação.

“Do ponto de vista político, não é inútil destacar que a argumentação se desenvolveu nos países que garantem e valorizam a autonomia do indivíduo. Mas, apesar de o nascimento e o desenvolvimento da argumentação fazerem supor o respeito à liberdade das pessoas, essa atividade procura de fato negar essa liberdade já que sua finalidade é impor concepções de um emissor a um destinatário”.

Esse pensamento sobre a argumentação mostra

- (A) um paradoxo.
- (B) uma comparação.
- (C) uma oposição.
- (D) uma dúvida.
- (E) uma explicação.

9

Nas opções a seguir há uma série de argumentos de caráter político.

O problema na argumentação utilizada que está corretamente indicado, é:

- (A) Esses projetos governamentais são inócuos, pois o ministro que os patrocina é um candidato derrotado à cadeira de deputado estadual. / *ataque pessoal e não específico*.
- (B) Os membros da comissão se alimentaram em plenário e passaram mal após a refeição; certamente havia algo estragado. / *falsa relação de causa e efeito*.
- (C) Ou todos os relatores de comissões são mal escolhidos ou o processo de sua escolha deve ser repensado. / *generalização excessiva*.
- (D) Os partidos políticos passaram a ser formados em torno de interesses e não em torno de ideologias. / *falsa analogia*.
- (E) Como os governos estaduais não conseguem ampliar a rede escolar, nada mais justo que entregar essa responsabilidade ao governo federal. / *‘ou um ou outro’*.

10

Observe os elementos de coesão no texto a seguir, primeiro parágrafo do conto *A Cartomante*, de Machado de Assis.

“Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia. Era a mesma explicação que dava a bela Rita ao moço Camilo, numa sexta-feira de novembro de 1869, quando este ria dela, por ter ido na véspera consultar uma cartomante; a diferença é que o fazia por outras palavras.”

Assinale a opção que indica a explicação que faz uma observação apropriada sobre algum termo de coesão sublinhado no texto.

- (A) a mesma explicação / coesão referencial por meio de sinônimo.
- (B) que / coesão referencial por meio da utilização da repetição de um termo.
- (C) quando / coesão referencial pela substituição de um termo anterior por conjunção temporal.
- (D) este/dela / coesão referencial pela substituição de termos por pronomes demonstrativos empregados corretamente.
- (E) fazia / coesão referencial por meio de reiteração de termos idênticos.

11

Leia os fragmentos narrativos a seguir, retirados do romance *O Cortiço*.

Texto I – *Tanto assim que, um ano depois da aquisição da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela.*

Texto II – *Nisto, roncou no espaço a trovoada. O vento do norte zuniu mais estridente e um grande pé-d'água desabou cerrado.*

Sobre esse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) No texto I, as ações se mostram em sucessão cronológica contínua e, no texto II, essa sucessão é descontínua, pois sofre interrupção.
- (B) No texto I, o narrador é personagem e, no texto II, o narrador é externo, de tipo onisciente.
- (C) No texto I, os fatos são apresentados em forma de ações e, no texto II, são mostrados como acontecimentos.
- (D) Toda a sucessão de fatos dos textos I e II é veiculada no pretérito perfeito do indicativo.
- (E) A sucessão temporal dos fatos no texto II é estabelecida por marcas explícitas e implícitas.

12

Um candidato a deputado, em campanha, instado a dizer o que pensava da legalização do aborto, declarou o seguinte:

“Como evangélico, não posso ser a favor da legalização do aborto; além do mais, a Constituição já documenta os casos em que o aborto é permitido. Assim, acho que antes de discutir esse tema, gostaria de propor a discussão de outros tópicos muito mais urgentes.”

Em termos argumentativos, o candidato utilizou-se de uma estratégia argumentativa, que é

- (A) a fuga do assunto, evitando discutir um tema altamente polêmico, e, assim, perder votos.
- (B) o apelo para a autoridade, citando a Constituição como defesa de seu posicionamento.
- (C) a citação de princípios religiosos, evitando, assim, um argumento de base individual.
- (D) a simplificação exagerada do tema, como se ele já tivesse sido amplamente discutido e reduzido a um só ponto, já registrado na Constituição.
- (E) a desvalorização da discussão proposta, citando outros temas mais importantes que a legalização do aborto.

13

As opções a seguir apresentam cinco definições dicionarizadas. Assinale a opção que apresenta conotações argumentativas.

- (A) Álbum – *entre os antigos romanos, tábua ou painel em branco onde se transcreviam ou expunham à leitura pública frases comemorativas, éditos dos pretores, posturas, anúncios etc.*
- (B) Frase – *construção problemática que encerra um sentido completo podendo ser formada por uma ou mais palavras, com ou sem verbo, ou por uma ou mais orações.*
- (C) Engatar – *ligar, juntar por meio de engate ou gato (gancho de metal) ou outro artefato, engancha, prender.*
- (D) Ourela – *espaço situado no contorno externo imediato de algo; borda, margem, beira.*
- (E) Odor – *emanação volátil dos corpos, que pode ser percebida pelo olfato; cheiro.*

14

Nos textos narrativos, são bastante comuns as intervenções do narrador, como ocorre em todos os fragmentos textuais a seguir. Assinale a opção que apresenta o tipo de intervenção que está **inadequadamente** identificado.

- (A) Possa você, amável leitor, nunca experimentar o que eu experimentei nesse momento. / *interpelação direta ao leitor.*
- (B) ‘Eu dormi’, gritava ela, acordada em sobressalto por um desses movimentos noturnos que nos fazem despertar quando marcamos o despertador para bem cedo. / *referência a algo que é supostamente conhecido.*
- (C) Esse tratamento pessoal não está muito adequado, mas nós devemos ter indulgência com esses personagens. / *o emprego de pronomes que envolvem narrador + leitor.*
- (D) Ele se pôs a ler oito páginas. Ele as lia lentamente, com bastante atenção, com esse interesse que nós colocamos nas coisas que nos tocam o coração. / *a utilização do presente genérico.*
- (E) Ele agiu rapidamente, sacando o revólver da cintura e atirando repetidas vezes contra os assaltantes em fuga. / *emprego de vocábulos de conteúdo subjetivo pelo narrador.*

15

Assinale a opção que apresenta o comentário adequado a respeito de um dos fragmentos argumentativos citados.

- (A) “Meu filho tirou 10 em Matemática, assim como em Geografia e 9 em História e Língua Portuguesa; assim, ele tira boas notas em todas as disciplinas.” / *trata-se de um argumento indutivo, que deriva de uma generalização de características observadas em casos particulares, levando sempre a conclusões corretas.*
- (B) “Tal como afirma o presidente da Associação de Pediatria, ser empático, carinhoso e dedicado com os pacientes é uma parte fundamental do trabalho.” / *trata-se de um argumento de autoridade, com a menção de um especialista, argumento esse que não deixa espaço para contestação.*
- (C) “Se você passar por Madrid, hospede-se no Hotel Regente, pois é tudo muito organizado, os apartamentos são muito limpos e os funcionários são gentis.” / *trata-se de um argumento de caráter universal, fundamentado em fatos.*
- (D) “Meu pai é engenheiro e, como os engenheiros são pessoas muito metódicas, ele também o é.” / *trata-se de um argumento abdutivo, que chega a uma conclusão lógica a partir de uma premissa verdadeira e outra, que é somente provável.*
- (E) “É provável que as farmácias desta pequena cidade estejam fechadas, pois não é costume que fiquem abertas no final de semana”. / *trata-se de um argumento estatístico, que mostra uma conclusão com bases matemáticas.*

16

Assinale a frase que apresenta um **erro** de concordância verbal.

- (A) Basta de tantos processos e condenações injustas.
- (B) Esqueceu-me as datas dos pagamentos das contas.
- (C) Não me lembra dessas falhas em nosso sistema.
- (D) No Rio Grande do Sul faz invernos intensos.
- (E) Pouco me importam os desejos dela.

17

Assinale a frase, com o verbo *haver*, em que há **erro** na forma verbal.

- (A) Quantos anos haverá que tralhamos juntos?
- (B) Sempre fui a todos os encontros que havia na empresa.
- (C) Mentir é defeito, haja ou não motivos fortes.
- (D) Se outros motivos houvesse, nós os conheceríamos.
- (E) Vão deixar o trabalho, se houver por bem fazer isso.

18

Assinale a frase em que o infinitivo admite dupla concordância.

- (A) É preciso dedicação para se fazer o trabalho e as tarefas do lar.
- (B) Sabemos ter avançado a Computação ou Informática.
- (C) Creio ter o médico e a família ido clinicar em São Paulo.
- (D) A maior parte dos livros foi doada, antes de o diretor ou diretores esvaziarem a biblioteca.
- (E) Algo ocorreu para terem morrido os filhos ou qualquer outra pessoa.

19

Assinale a frase em que houve **erro** de concordância nominal.

- (A) O Senado considerou válida a nomeação para o cargo vago.
- (B) O STF qualificou de antidemocrático aquelas declarações.
- (C) Vou devolver amanhã os livros que lhe pedi emprestados.
- (D) Considero como covardes as declarações do policial.
- (E) Envio-lhe anexas as faturas de sua compra.

20

Assinale a frase em que o imperfeito do indicativo está empregado como expressão de modéstia, em lugar do presente do indicativo.

- (A) Minha flor, eu queria dizer que desaprovo essa atitude.
- (B) Getúlio Vargas era muito baixo.
- (C) Se tivesse dinheiro, comprava um carro novo.
- (D) Cristo dizia para amarmos-nos uns aos outros.
- (E) A rua estava deserta àquela hora.

21

Todas as frases a seguir mostram dois segmentos. Assinale a opção em que a inversão de posição desses segmentos torna a frase **inadequada**.

- (A) Foi um homem sábio / quem inventou Deus.
- (B) Deus criou o homem / porque ficou desapontado com o macaco.
- (C) Se os fatos contradizem os profetas, / pior para os fatos.
- (D) O sábio verifica, / o filósofo raciocina.
- (E) Cumpri vosso dever, / deixai o resto aos deuses.

22

Assinale a frase em que houve **erro** na conversão da voz passiva pronominal para a voz ativa.

- (A) Aqui se vendem plantas? / Aqui vendem plantas?
- (B) Achou-se o documento extraviado. / Acharam o documento extraviado.
- (C) Há de cumprir-se o regulamento. / Há de cumprirem o regulamento.
- (D) Devolveu-se-lhe o livro. / Devolveram-lhe o livro.
- (E) Aqui estão os sapatos que se haviam comprado. / Aqui estão os sapatos que haviam comprado.

23

Assinale a opção em que, pela omissão ou repetição do artigo definido, pode ocorrer ambiguidade.

- (A) O romance histórico e o romance policial.
- (B) O romance histórico e policial.
- (C) O romance histórico e o policial.
- (D) Os romances histórico e policial.
- (E) Os romances, tanto o histórico como o policial.

24

Assinale a opção em que a inferência indicada foi retirada **illogicamente** da frase.

- (A) Deus não paga no fim de cada semana, mas paga. / Há um tipo de pagamento qualquer que é feito semanalmente.
- (B) O inferno está cheio de boas intenções. / As boas intenções não são suficientes para a realização de boas obras.
- (C) Deus me respeita quando eu trabalho. Mas me ama quando eu canto. / Deus prefere o canto ao trabalho.
- (D) Muda-se mais facilmente de religião do que de café. / A mudança de hábitos leva à mudança de religião.
- (E) Deus fez o primeiro jardim e Caim, a primeira cidade. / Os jardins são criações superiores às das cidades.

25

Assinale a frase em que houve troca indevida da preposição antes do pronome relativo.

- (A) Servir à pátria é um dever de que não podemos fugir.
- (B) O livro é um meio cultural a que não podemos prescindir.
- (C) O Rio é o próximo destino para onde devemos ir.
- (D) O filme, de cujo nome você se lembrou, é “O Mistério”.
- (E) São fracos os argumentos em que o ministro se apoiou.

26

Uma das marcas da textualidade é a referência a termos anteriores, com a finalidade de manter a coesão textual.

Nas opções abaixo, são apresentadas cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir.

Assinale a opção em que o tipo de retomada foi realizado por um processo diferente dos demais.

- (A) Trabalhar nunca foi o caminho da riqueza, mas dizem alguns que o trabalho engana os pobres com essa ilusão.
- (B) A atriz pensa em estrear nos palcos no ano próximo, mas sua estreia já está sendo aguardada com ansiedade.
- (C) Muitos pretendem emagrecer por meio de conter a alimentação, mas essa continência não deve prejudicar a saúde.
- (D) Nem sempre economizar é um meio de enriquecer, mas a economia ajuda muito a não se ficar pobre.
- (E) Relembrar fatos passados traz muito prazer, mas as lembranças também podem provocar tristezas e mágoas.

27

Leia o fragmento textual a seguir.

“Ela continuava sentada na beira da cama. E, lentamente, com seus olhos cobertos de lágrimas, ela dava a volta do miserável quarto em que estava, mobiliado com uma cômoda velha de carvalho com uma gaveta faltando, com três cadeiras de palha e uma pequena mesa engordurada sobre a qual havia um pote de água.”

Sobre esse pequeno fragmento textual, assinale a observação inadequada.

- (A) A descrição feita se dirige à imaginação do leitor, procurando fazer com que ele veja um lugar e um personagem.
- (B) A descrição tem caráter subjetivo, pois é feita através do olhar de um observador.
- (C) Na descrição, os adjetivos “miserável” e “velha” mostram opiniões do observador sobre objetos descritos.
- (D) Na descrição, o observador e os objetos descritos não estão em movimento.
- (E) Os termos “de carvalho” e “de palha” mostram idêntico valor textual, indicando matéria.

28

Quanto à colocação do pronome pessoal oblíquo, assinale a frase incorreta.

- (A) Espero não perturbá-lo com essa interrupção.
- (B) Que a terra lhe seja leve.
- (C) Ao sentirem-no pulsar, choraram de emoção.
- (D) As compras, me disse ela, só chegaram à tarde.
- (E) Convém que cumpra-se a lei.

29

Assinale a opção em que a posição da palavra só causa ambiguidade.

- (A) Só um cliente devorou cinco.
- (B) Só, um cliente devorou cinco.
- (C) Um só cliente devorou cinco.
- (D) Um cliente só devorou cinco.
- (E) Um cliente devorou só cinco.

30

Assinale a opção em que a palavra formada com o sufixo “-mente” é classificada como advérbio de modo.

- (A) Raramente o encontro na empresa.
- (B) Esse professor é realmente competente.
- (C) Todos os deputados se expressam corretamente.
- (D) Possivelmente choverá pela arte da manhã.
- (E) Após os discursos, fiquei terrivelmente aborrecido.

31

Leia o fragmento textual a seguir.

O senão deste livro

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse; eu não tenho que fazer; e, realmente, expedir alguns magros capítulos para esse mundo sempre é tarefa que distrai um pouco da eternidade. Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... E caem! — Folhas misérrimas do meu cipreste, heis de cair, como quaisquer outras belas e vistosas; e, se eu tivesse olhos, dar-vos-ia uma lágrima de saudade. Esta é a grande vantagem da morte, que, se não deixa boca para rir, também não deixa olhos para chorar... Heis de cair.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Tipografia Nacional. Rio de Janeiro. 1ª ed. 1881.

Segundo o fragmento textual, o verdadeiro senão do livro é

- (A) a estrutura narrativa objetivada pelo autor, que parte do fim para o começo.
- (B) o tema central, demasiadamente triste e “cheirando a sepulcro”.
- (C) o estilo em que o livro é narrado, destacando particularmente os capítulos curtos.
- (D) o leitor, que prefere um outro modelo de narrativa, mais centrada na ação que na reflexão.
- (E) o narrador, que pretende encerrar rapidamente o livro, por estar cansado de produzi-lo.

32

Leia o seguinte fragmento textual descritivo.

“O guia nos levou a um restaurante chinês. Era um bonito lugar que parecia bastante confortável. No interior, a luz era baixa o que dava ao restaurante um ambiente romântico. Nós nos sentamos a uma mesa no fundo da sala. Ao nosso lado, belos peixes nadavam em um aquário. À nossa direita, uma cascata de água corria, fazendo uma bela melodia. Sobre nossas cabeças, um ventilador agitava energicamente o ar. Um agradável odor de peixe assado saía da cozinha. Tivemos um grande prazer em degustar os pratos chineses.”

Sobre esse fragmento textual, assinale a afirmativa correta.

- (A) A descrição do restaurante é feita de fora para dentro.
- (B) As frases mostram descrição estática e dinâmica.
- (C) O fragmento textual é inteiramente descritivo.
- (D) O observador é limitado pela pouca luz do ambiente.
- (E) As descrições do texto são de base visual.

33

Leia a seguinte frase do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, falando do fato de o narrador ter construído uma casa semelhante à que tinha conhecido na adolescência.

“O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui.”

Em relação aos termos componentes desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) “as duas pontas da vida” simbolizam a infância e a velhice.
- (B) “senhor” representa uma lamentação a Deus.
- (C) “o que foi” se refere à velhice.
- (D) “o que fui” se refere à adolescência.
- (E) “Pois” é um conector com valor adversativo.

34

*“Mas, se ergues da justiça a clava forte
Verás que um filho teu não foge à luta
Nem teme, quem te adora, a própria morte*

*Terra adorada
Entre outras mil
És tu, Brasil
Ó, Pátria amada!
Dos filhos deste solo, és mãe gentil
Pátria amada
Brasil!”*

Sobre esse segmento do hino nacional brasileiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As formas “ergues”, “verás”, “teu” são vocábulos que representam a mesma pessoa gramatical.
- (B) “a própria morte” funciona como complemento direto do verbo “adorar”.
- (C) “Terra adorada” funciona sintaticamente como vocativo.
- (D) O verso “Dos filhos deste solo, és mãe gentil” está em ordem inversa.
- (E) O substantivo “clava” se refere a um tipo de arma.

35

Assinale a opção em que o comentário a respeito do fragmento apresentado está **inadequado**.

- (A) A crise econômica é um problema que preocupa a todos, como ocorre em países da Europa com uma alta taxa de inflação. / *Argumentação por exemplo.*
- (B) As estátuas dos santos estão sozinhas e mudas; assim deveriam estar certas pessoas nocivas para as demais. / *Argumentação por analogia.*
- (C) Segundo o Greenpeace, a perfuração do ártico ocasionará um dano irreversível ao planeta. / *Argumento de autoridade.*
- (D) O futebol feminino nunca vai ser um esporte de grande difusão porque a natureza frágil das mulheres não permite perfeição no jogo. / *Argumento de base científica.*
- (E) Em 1950, um craque de futebol recebia um salário de aproximadamente R\$50.000; hoje um craque da mesma qualidade recebe algo como R\$1.000.000. Esse aumento é uma evidência da valorização dos esportes na vida moderna. / *Argumento por apelo aos fatos.*

Língua Inglesa

Read Text I and answer the seven questions that follow it.

Text I

‘It’s dangerous work’: new generation of Indigenous activists battle to save the Amazon

The medicine man flashed a mischievous grin as he dabbed his warriors’ eyeballs with a feather soaked in malagueta pepper and watched them grimace in pain. “They’re going into battle and this will protect them,” José Delfonso Pereira said as he advanced on his next target with a jam jar of his chilli potion.

“It hurts and it burns,” the Macuxi shaman admitted. “But it will help them see more clearly and stop them falling ill.”

It was a crisp August morning and a dozen members of an Indigenous self-defence team had assembled in the hillside village of Tabatinga to receive Pereira’s blessing before launching their latest mission into one of the Amazon’s most secluded corners, near Brazil’s border with Guyana and Venezuela.

Some of the men clutched bloodwood truncheons as they prepared to journey down the Maú River in search of illegal miners; others held bows and arrows adorned with the black feathers of curassow birds. Marco Antônio Silva Batista carried a drone.

“If I die, it will be for a good cause – ensuring our territory is preserved for future generations,” said the 20-year-old activist-journalist, whose ability to spy on environmental criminals from above has made him a key member of GPVTI, an Indigenous patrol group in the Brazilian state of Roraima.

Batista, who belongs to South America’s Macuxi people, is part of a new generation of Indigenous journalists helping chronicle an age-old battle against outside aggression. For centuries, non-Indigenous writers and reporters have flocked to the rainforest region to tell their version of that ancestral fight for survival. Now, a growing cohort of Indigenous communicators are telling their own stories, providing first-hand dispatches from some of the Amazon’s most inaccessible and under-reported corners.

"It's dangerous work and we suffer a lot when we're out in the field," said Batista, one of about 26,000 inhabitants of Raposa Serra do Sol, Brazil's second most populous Indigenous territory. "But it really gives me strength because I'm showing the reality of our lives to the world." (...)

(Adapted from <https://www.theguardian.com/environment/2023/sep/03/its-dangerous-work-new-generation-of-indigenous-activists-battle-to-save-the-amazon>)

36

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Indigenous reporters have been currently keen on providing their eye-witness accounts.
- () The patrollers put themselves in jeopardy when they undertake their fact-finding missions.
- () The activist journalist mentioned is incognizant of modern surveillance technology.

The statements are, respectively

- (A) T – T – F.
- (B) T – F – F.
- (C) T – F – T.
- (D) F – F – T.
- (E) F – T – F.

37

What drives the warriors mentioned in the text is their will to,

- (A) display their skill in boating on rivers.
- (B) safeguard their land from felonious acts.
- (C) disclose the value of traditional healing.
- (D) lay new boundary-stones in the Amazon.
- (E) show the weight of their fierce weapons.

38

When the author informs that "The medicine man flashed a mischievous grin" (1st paragraph), he implies that the shaman

- (A) wanted to cure the men from blindness.
- (B) felt guilty about having to hurt others.
- (C) knew he was going to be punished.
- (D) found his practice quite appalling.
- (E) was aware of what he was doing.

39

Pereira's "next target" (1st paragraph) is

- (A) a bird feather.
- (B) his chilli potion.
- (C) another warrior.
- (D) the medicine man.
- (E) malagueta pepper.

40

In the 3rd paragraph, the August morning is described as being

- (A) cold, dry, and bright.
- (B) hot, stuffy, and hazy.
- (C) murky, stormy, and windy.
- (D) damp, muggy, and overcast.
- (E) sunny, cloudless, and sizzling.

41

The two first sentences in the 4th paragraph indicate the men anticipate a(n)

- (A) feast.
- (B) truce.
- (C) retreat.
- (D) skirmish.
- (E) entreaty.

42

When the men "clutched bloodwood truncheons" (4th paragraph), they

- (A) went for their oars.
- (B) grabbed their cudgels.
- (C) wounded some miners.
- (D) dropped their war clubs.
- (E) replaced some bandages.

Read Text II and answer the three questions that follow it.

Text II

June 15, 2023 - Debates over Diversity, Equity and Inclusion (DEI) efforts are currently thriving, including debates over the degree to which corporate diversity efforts are valuable, whether chief diversity officers can succeed, and whether corporate diversity commitments can produce lasting change.

Over the past year, at least a dozen U.S. state legislatures have proposed or passed laws targeting DEI efforts, including laws aimed at limiting DEI roles and efforts in businesses and higher education and laws eliminating DEI spending, trainings, and statements at public institutions. Moreover, with the U.S. Supreme Court poised to address affirmative action in two cases involving the consideration of race in higher education admissions this summer, debates in the U.S. regarding DEI initiatives are likely far from over.

At the same time, DEI-related legal requirements continue to grow in other jurisdictions, and with global financial institutions facing expanding environmental, social, and governance (ESG)-related trends and regulations in the EU and other jurisdictions, as well as global expectations regarding their role in ESG, including DEI-related corporate developments and initiatives, these matters are likely to continue to work their way into capital allocations and the costs of doing business, as well as into the expectations of certain stakeholders.

This widening gap between global expectations and regulation regarding DEI-related matters and the concerns of some constituents in the U.S. over the role of DEI in corporate decision-making is likely to continue growing for the foreseeable future, putting companies between the proverbial rock and hard place.

What these developments make clear is that corporate DEI efforts are, and likely have been for some time, riskier than many companies may initially appreciate. And the risks associated with DEI initiatives are only positioned to grow and expand as companies look to thread the DEI needle and make a broader and potentially more divergent set of stakeholders happy, or at least less annoyed, with their DEI-related commitments and initiatives. In this article, we discuss the top four legal risks that companies often fail to address in their DEI efforts.

[...]

(From <https://www.reuters.com/legal/legalindustry/diversity-matters-four-scary-legal-risks-hiding-your-dei-program-2023-06-15/>)

43

Analyse the assertions below based on Text II.

- I. Debates over DEI in the US have reached a successful closure.
- II. ESG-related trends have had little effect over global financial institutions.
- III. Regarding legal risks in DEI initiatives, companies still have some way to go.

Choose the correct answer

- (A) Only I is correct.
- (B) Only II is correct.
- (C) Only III is correct.
- (D) Only I and II are correct.
- (E) Only II and III are correct.

44

The word “poised” in “with the U.S. Supreme Court poised to address affirmative action” (2nd paragraph) is equivalent to

- (A) reluctant.
- (B) reserved.
- (C) resisting.
- (D) raging.
- (E) ready.

45

The sentence “Putting companies between the proverbial rock and hard place” (4th paragraph) indicates that the companies may be in a

- (A) shady spot.
- (B) fair situation.
- (C) reliable setting.
- (D) thorny position.
- (E) lively environment.

Processo Legislativo

46

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados deu parecer contrário à adequação financeira e orçamentária de uma proposição. Determinado legitimado, ao tomar conhecimento do parecer, analisou a possibilidade de, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, uma vez interposto recurso para o Plenário: (1) ser caracterizada uma “apreciação preliminar” por esse órgão; e (2) embora seja reconhecida a adequação financeira e orçamentária da proposição, a referida preliminar voltar a ser arguida.

Ao fim das reflexões, concluiu-se corretamente que

- (A) a apreciação preliminar pressupõe uma atuação terminativa, o que não ocorre no âmbito da CFT.
- (B) suscitar-se uma apreciação preliminar fora do âmbito das Comissões é conceitualmente incorreto, já que as decisões do Plenário são marcadas pela definitividade.
- (C) a apreciação preliminar, qualquer que seja ela, não apresenta definitividade, o que significa dizer que é provisória e a matéria pode ser revista até a apreciação do mérito.
- (D) a análise do Plenário caracteriza uma apreciação preliminar e o provimento do recurso impede que a preliminar volte a ser arguida.
- (E) a apreciação preliminar somente é realizada pela Mesa da Câmara, incursionando em questões preliminares de natureza procedimental, enquanto a adequação financeira e orçamentária é matéria de mérito no âmbito da CFT.

47

Ao ver do Presidente da Câmara dos Deputados, o Plenário, ao apreciar a proposição legislativa X, exarou prejudgamento em sentido diametralmente oposto ao teor do Art. 3º da proposição legislativa Y, que estava sendo objeto de apreciação. Por tal razão, o Presidente declarou prejudicado, de ofício, o Art. 3º desta última proposição, o que ocorreu no curso da votação. Maria, Deputada Federal e autora da proposição Y, ficou irrisignada com a prejudicialidade reconhecida pelo Presidente.

Sobre o caso, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria pode recorrer imediatamente à Mesa da Câmara, que retirará a proposição de pauta e colherá parecer da Comissão de mérito competente.
- (B) Maria pode recorrer imediatamente ao Plenário da Câmara, que deve colher o parecer oral da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e deliberar.
- (C) Como a Câmara dos Deputados não está vinculada aos seus pronunciamentos anteriores, o instituto da prejudicialidade não é aplicável ao processo legislativo.
- (D) O Presidente da Câmara dos Deputados decidiu de maneira incorreta, considerando que a arguição e a decisão de prejudicialidade ficam preclusas com o início da votação.
- (E) Maria ou o Líder de seu Partido Político ou bloco parlamentar pode recorrer imediatamente ao Plenário da Câmara, que deve colher o parecer oral da Comissão de mérito competente, e deliberar.

48

Maria, Inês e Joana, Deputadas Federais, autoras das proposições legislativas X, Y e Z, de competência do Plenário, almejaram que suas proposições fossem apreciadas em regime de urgência. Ressalte-se que essas proposições não apresentam uma situação de relevante e inadiável interesse nacional.

Como não tinham ascendência política no âmbito das Comissões competentes para opinar sobre o mérito, o que inviabilizava que membros dessas estruturas requeressem a urgência, realizaram alentada análise do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para verificar como deveriam proceder e qual o trâmite a ser percorrido para a obtenção da urgência almejada.

Ao fim de suas reflexões, Maria, Inês e Joana concluíram corretamente que, consoante os balizamentos oferecidos pela narrativa, a urgência

- (A) somente pode ser requerida por uma Comissão com competência para apreciar o mérito, sujeita à deliberação pelo Plenário, indicativo de que os objetivos de Maria, João e Joana não poderão ser alcançados.
- (B) pode ser deferida por dois terços dos membros da Mesa, sendo cabível recurso para o Plenário, ressaltando-se a possibilidade de que haja tramitação simultânea de até três proposições em regime de urgência, vedada a votação de um quarto.
- (C) pode ser atribuída pela Mesa, de ofício ou mediante acordo de Lideranças, que representem um décimo dos membros da Câmara, sendo que o número de matérias em tramitação em regime de urgência pode ser limitado pela Mesa.
- (D) deve ser requerida, de forma fundamentada, ao Presidente da Câmara, sendo cabível recurso para o Plenário, mas não é admissível que, havendo uma matéria em tramitação em regime de urgência, seja deferido um segundo.
- (E) somente pode ser requerida por um terço dos membros da Câmara ou por líderes que representem esse número, mas não é admissível que, havendo duas matérias em tramitação em regime de urgência, aprovado pelo órgão competente, seja votado um terceiro.

49

Um grupo de 30 Deputados Federais formulou requerimento de encerramento da discussão da proposição legislativa Y pelo Plenário da Câmara dos Deputados, de modo a se iniciar a votação. Ao ver desse grupo, a proposição já tinha sido suficientemente discutida, pois tinham sido ouvidos doze oradores, alternando-se oradores favoráveis e contrários.

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que o requerimento

- (A) será apreciado pela Mesa da Câmara e, caso seja acolhido, ensejará o início do encaminhamento da votação pelo prazo de três minutos, por um orador contra e um a favor.
- (B) deve ser submetido pelo Presidente da Câmara à votação do Plenário, salvo se for formulado requerimento de adiamento da sessão, em momento contemporâneo ou posterior, que prevalecerá.
- (C) não deve ser conhecido, considerando que o grupo não tem legitimidade para formulá-lo, sendo exigido acordo unânime dos Líderes dos Partidos Políticos ou blocos parlamentares.
- (D) deve ser submetido pelo Presidente da Câmara à votação do Plenário, impedindo a apresentação, na mesma sessão, de requerimento de adiamento, salvo se o relator reformular o parecer para promover alterações de mérito.
- (E) será apreciado pelo Presidente da Câmara e, caso seja aprovado, não impede o posterior adiamento da votação, que deve ser deferido na forma regimental.

50

Após a assinatura do Presidente da República, o Congresso Nacional ratificou determinada Convenção Internacional que estabelecia regras tributárias diferenciadas para os países signatários.

Após alguns anos em vigor no direito interno, o Poder Executivo passou a entender que o ajuste gerava um desequilíbrio nas contas públicas, decidindo que a denúncia era a medida que melhor atendia aos interesses nacionais.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que a referida denúncia

- (A) exige a anuência do Congresso Nacional, para que produza efeitos na ordem jurídica interna.
- (B) somente exigirá a anuência do Congresso Nacional se acarretar efeitos gravosos para o Brasil.
- (C) por não se tratar de ajuste afeto aos direitos humanos, não é necessária a anuência do Congresso Nacional.
- (D) é ato privativo do Congresso Nacional, considerando a paridade das formas em relação ao ato de celebração.
- (E) é ato do Presidente da República, que tem competência privativa para representar a União nas relações internacionais.

51

O Congresso Nacional, a partir de provocação de um legitimado, decidiu que os Artigos 2º e 3º do Decreto nº X, editado pelo Presidente da República, exorbitavam do poder regulamentar e não mais deveriam produzir efeitos. Apesar de essa afirmação se mostrar correta em relação ao Art. 2º, o mesmo não podia ser dito quanto ao Art. 3º, já que se limitava a reproduzir o teor da Lei nº Y.

Em relação ao ato do Congresso Nacional, especificamente na parte direcionada ao Art. 3º do Decreto nº X, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por se tratar de ato hierarquicamente inferior à Lei nº Y, não produzirá efeitos, pois isto importaria na supressão da eficácia da própria lei.
- (B) A normatividade do ato do Congresso Nacional descrito na narrativa é inerente a todos os atos emanados dessa estrutura de poder.
- (C) Ao contrapor-se à generalidade e à abstração do Decreto nº X, o ato do Congresso Nacional apresenta caráter normativo.
- (D) Por estar situado no plano da eficácia, não no da validade, não apresenta contornos normativos.
- (E) É ato hierarquicamente superior ao Decreto nº X, logo, deve prevalecer em relação a ele.

52

Em determinada legislatura, o Presidente da República foi informado por um assessor de que, apesar de já se encontrarem no dia 31 de março do ano X, suas contas de governo correspondentes ao exercício anterior ainda não tinham sido encaminhadas ao Congresso Nacional. Surpreso com a informação, o Chefe do Poder Executivo, no mesmo momento, questionou seu assessor em relação às medidas passíveis de serem adotadas pelo Poder Legislativo para que as contas fossem prestadas.

Considerando os balizamentos da narrativa, à luz da Constituição da República de 1988, o assessor respondeu corretamente que

- (A) o Senado Federal deve proceder à tomada de contas.
- (B) a Câmara dos Deputados deve proceder à tomada de contas.
- (C) não há nenhuma medida passível de ser adotada pelo Poder Legislativo.
- (D) o Congresso Nacional pode requisitar que o Tribunal de Contas proceda à tomada de contas especial.
- (E) o Chefe do Poder Executivo será intimado pela Câmara dos Deputados e, caso persista a omissão, proceder-se-á à tomada de contas.

53

Após identificar que três proposições legislativas, que incursionavam em matéria idêntica, estavam tendo curso simultâneo, determinado legitimado avaliou a possibilidade de, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requerer a sua tramitação conjunta.

Sobre a tramitação simultânea alvitada pelo legitimado, à luz da sistemática regimental, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia.
- (B) Pode ocorrer a qualquer momento, mediante decisão da Mesa, de ofício ou mediante provocação.
- (C) Pode ocorrer a qualquer momento, em relação às proposições que não foram apreciadas pelo Plenário.
- (D) Somente será deferida se requerida antes do pronunciamento da primeira Comissão incumbida de examinar a admissibilidade da proposição.
- (E) Será avaliada conforme razões de conveniência e oportunidade, e somente deferida quando a medida não gerar atraso na tramitação da proposição preferente.

54

Alguns Líderes no âmbito da Câmara dos Deputados iniciaram debates com o objetivo de alterar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa, porque, segundo eles, o regimento continha disposições anacrônicas, que dificultavam o evoluir do processo legislativo.

Em relação ao quórum para as deliberações, entendiam que, ressalvada disposição constitucional em contrário, deveria ser adotada a regra da maioria absoluta dos deputados federais para o Plenário e a da maioria dos presentes para as Comissões.

À luz da Constituição da República de 1988, a regra que se almeja adotar

- (A) é parcialmente divergente da ordem constitucional.
- (B) é integralmente divergente da ordem constitucional.
- (C) já está prevista na ordem constitucional, sequer carecendo de previsão regimental.
- (D) consubstancia típica matéria *interna corporis*, estando abrangida pela competência da Câmara dos Deputados para elaborar o seu Regimento Interno.
- (E) apesar de a Casa Legislativa ter liberdade para definir os quóruns de instalação e deliberação, isto não afasta a incidência do quórum constitucional de aprovação.

55

O Presidente da República, após amplos debates com as lideranças parlamentares, apresentou proposta de emenda à Constituição, que buscava introduzir alterações na composição do Conselho da República.

Nessa espécie de proposição legislativa, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é correto afirmar que

- (A) deve ser constituída comissão especial, o que afastará a atuação de todas as comissões permanentes que tenham pertinência temática com a matéria.
- (B) é facultada a constituição de comissão especial, que afastará a atuação de todas as comissões permanentes que tenham pertinência temática com a matéria.
- (C) pode ser constituída comissão especial, que emitirá parecer juntamente com todas as comissões permanentes que tenham pertinência temática com a matéria.
- (D) pode ser constituída comissão especial, que atuará conjuntamente com as comissões permanentes que venham a ser indicadas em despacho do Presidente da Câmara.
- (E) após a análise da admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a proposição será analisada por comissão especial, que deve ser constituída.

56

O Presidente da República vetou parcialmente o projeto de Lei nº X e o devolveu ao Poder Legislativo.

Em relação a algumas medidas procedimentais a serem adotadas na análise do veto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os motivos do veto devem ser comunicados ao Presidente da Câmara dos Deputados.
- II. Na apreciação do veto, a rejeição exigirá o voto da maioria absoluta do total de Deputados e Senadores, sendo os votos computados igualitariamente e em conjunto.
- III. Deliberando-se pela não manutenção do veto, o projeto será enviado para promulgação pelo Presidente da República.

Considerando a sistemática constitucional, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

57

O Presidente da República apresentou projeto de lei em matéria de sua iniciativa privativa e solicitou urgência na apreciação. Acresça-se que o projeto apresentava pertinência temática com quatro comissões permanentes que deveriam apreciar o seu mérito.

Considerando os balizamentos oferecidos pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) As comissões devem apreciar a proposição de modo sequencial, fixando-se o limite de cinco sessões em cada uma delas para a apresentação de parecer.
- (B) É obrigatória a discussão e a votação da proposição em reunião conjunta, com um só relator, devendo os trabalhos ser dirigidos pelo Presidente de Comissão mais idoso.
- (C) Deve ser designada Comissão Especial para apreciar a proposição, priorizando-se, em sua composição, os integrantes das Comissões Permanentes que deveriam apreciá-la em caráter ordinário.
- (D) A partir de acordo de líderes, a proposição pode ser estudada em reunião conjunta, sendo admitida a designação de um relator-geral e dos relatores-parciais correspondentes a cada Comissão.
- (E) A proposição deve ser discutida e votada ao mesmo tempo, em cada Comissão, desde que publicada com as respectivas emendas, facultada a discussão em reunião conjunta.

58

Ana, deputada federal, após ouvir diversos segmentos técnicos do Poder Público e da sociedade civil organizada, apresentou proposição legislativa na qual são disciplinados os limites globais e as condições para o montante da dívida mobiliária dos entes federativos subnacionais.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Será inicialmente encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que apreciará sua conformidade constitucional.
- (B) A Presidência deve devolvê-la a Ana, considerando a descon sideração da sistemática constitucional de competências.
- (C) Deve ser distribuída às comissões permanentes, sendo obrigatória a colheita de parecer da Comissão de Finanças e Tributação.
- (D) A Mesa deve determinar o seu arquivamento de plano, por afrontar a autonomia política dos entes subnacionais.
- (E) Pode ser constituída comissão temporária para apreciá-la, com estrita observância da regra da proporcionalidade.

59

Determinada Comissão permanente da Câmara dos Deputados almejava convocar certas autoridades inseridas sob a epígrafe mais ampla do Poder Executivo Federal, para que prestassem pessoalmente informações sobre assunto previamente individualizado, inserido no rol de competências da referida Comissão.

Instado a se manifestar, o assessor do Presidente da Comissão observou corretamente que, à luz da Constituição da República de 1988, entre outras autoridades, poderiam ser convocados

- (A) quaisquer agentes que integrem a Administração Pública direta ou que presidam entes da Administração indireta.
- (B) Ministros de Estado, o Advogado-Geral da União e o Procurador Geral da República.
- (C) Ministros de Estado e quaisquer agentes que integrem a Administração Pública indireta.
- (D) titulares de órgãos da Administração Pública direta e o Advogado-Geral da União.
- (E) somente Ministros de Estado e agentes que lhes sejam equiparados.

60

João, Deputado Federal, foi convidado a assumir um Ministério junto ao Poder Executivo Federal. No entanto, antes de tomar sua decisão, deseja avaliar as consequências da aceitação do convite em relação às garantias afetas ao mandato eletivo. Para tanto, solicitou que Antônio, seu assessor, analisasse algumas dessas consequências.

Em cumprimento à solicitação recebida, Antônio apresentou as observações a seguir.

- I. João pode responder a processo disciplinar, no âmbito da Câmara dos Deputados, por atos praticados enquanto no exercício da função de Ministro.
- II. João pode optar pela remuneração do mandato eletivo.
- III. João terá suspensas as garantias constitucionais.

Em relação às observações de Antônio, à luz da Constituição da República de 1988, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II, apenas.

61

O autor do Projeto de Lei nº X, de tramitação ordinária, na véspera da sua discussão, identificou a necessidade de um período maior de convencimento dos Deputados Federais, de modo a evitar que viesse a ser rejeitado.

Em relação à possibilidade de adiamento da discussão, segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele próprio pode requerê-lo, estendendo-se por cinco sessões.
- (B) O adiamento é ato discricionário do Presidente da Câmara e poderá ocorrer por até quatro sessões.
- (C) O requerimento de adiamento deve ser assinando por todos os Líderes e ocorrerá por até dez sessões.
- (D) O referido adiamento deve ser requerido por um décimo dos membros da Câmara ou por Líderes que representem este número, estendendo-se por três sessões.
- (E) Ele próprio pode requerer o adiamento, mas é necessário que o requerimento seja cancelado pelo Líder do Partido Político ou bloco parlamentar, estendendo-se por duas sessões.

62

João, Deputado Federal, apresentou projeto de lei ordinária que buscava disciplinar a transparência e o controle em determinada política pública da alçada da União. Após a proposição ser objeto de parecer favorável da primeira comissão permanente para a qual fora encaminhada, João, por entender que a matéria exigia maiores reflexões de sua parte, solicitou que sua assessoria verificasse, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se seria possível retirá-la.

A assessoria respondeu corretamente que a referida retirada

- (A) é um direito subjetivo de João.
- (B) depende de deliberação do Plenário.
- (C) é vedada, por já ter ocorrido manifestação de uma comissão.
- (D) deve ser requerida à Mesa, que decidirá em caráter definitivo.
- (E) deve ser requerida ao Presidente da Câmara, que deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário.

63

Determinada proposição legislativa, cuja matéria não era urgente, foi encaminhada, para parecer, à Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDR). No entanto, pelas características da matéria objeto de discussão, alguns membros da referida Comissão entendiam que a proposição, em verdade, deveria ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).

João, Deputado Federal, ao analisar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em relação à temática do conflito de competência, concluiu corretamente que

- (A) pode ser suscitado por qualquer deputado federal ou comissão, devendo ser resolvido dentro em duas sessões.
- (B) pode ser suscitado por qualquer membro da CINDR ou da CCTI, ou por esta última, devendo ser resolvido de imediato.
- (C) pode ser suscitado por líder de partido político ou bloco parlamentar, bem como por comissão ou deputado federal, devendo ser resolvido de imediato.
- (D) embora não encontre previsão regimental, a CINDR pode deliberar pelo reconhecimento de sua incompetência, com a correlata restituição dos autos à Mesa.
- (E) não encontra previsão regimental, que somente dispõe sobre a possibilidade de o Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado, retificar as Comissões que analisarão a proposição.

64

Um grupo de Deputados Federais subscreveu proposição legislativa na qual a União delegava aos Estados, nas circunstâncias e nos limites indicados, competência para legislar sobre água.

Considerando a premência da matéria, devidamente justificada por inúmeras situações fáticas, as quais, ao ver do grupo de Deputados, justificariam a iniciativa, foi requerida a distribuição da proposição às comissões permanentes, com pertinência temática, para que a analisassem conclusivamente, dispensando a apreciação pelo Plenário.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

- (A) A providência alvitrada independe de requerimento, decorrendo da sistemática regimental.
- (B) As comissões permanentes não podem substituir-se ao Plenário na hipótese alvitrada.
- (C) As comissões devem sempre atuar para instrumentalizar o exercício das competências do Plenário, de modo que não podem atuar em caráter conclusivo.
- (D) Apesar de a medida alvitrada encontrar amparo regimental, a aprovação do projeto pelas Comissões não exclui o cabimento de recurso, para o Plenário, de um décimo dos membros da Casa.
- (E) A apreciação da proposição, pelas Comissões, em caráter conclusivo, tem amparo regimental e não afasta a possibilidade de qualquer Deputado Federal formular recurso endereçado ao Plenário.

65

João, Deputado Federal, almejava apresentar destaque para votação em separado de emenda ao Projeto de Lei nº X. Em conversas preliminares com alguns colegas, escutou o comentário de que o destaque é uma prerrogativa de bancada de partido.

Após consultar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, João concluiu corretamente que

- (A) a apresentação de destaques de caráter individual é vedada.
- (B) o requerimento de destaque deve ser submetido à Mesa da Câmara, que decidirá, com recurso para o Plenário.
- (C) o destaque individual só pode ser apresentado por membro da Comissão que emitiu parecer favorável à emenda votada em grupo.
- (D) o destaque que venha a apresentar deve ser igualmente subscrito pelo líder do Partido Político ou da bancada parlamentar para que seja submetido ao plenário.
- (E) caso não integre Comissão que emitiu parecer sobre a emenda, seu destaque só será submetido ao Plenário se houver aquiescência da unanimidade dos Líderes, por escrito.

66

A Câmara dos Deputados recebeu projeto de lei, afeto ao Ministério Público da União, que foi subscrito pelo Procurador-Geral da República.

Ao adotar as providências administrativas necessárias à sua classificação, Ana, servidora do órgão competente da referida Casa Legislativa, observou, corretamente, à luz do Regimento Interno, que se trata de

- (A) proposição urgente.
- (B) tramitação ordinária.
- (C) tramitação com prioridade.
- (D) tramitação extraordinária com regime preferente.
- (E) tramitação preferente em relação aos demais projetos que tenham a mesma natureza de tramitação.

67

Determinada proposição legislativa, na qual a Câmara dos Deputados atuava como Casa revisora, foi apreciada pelas quatro Comissões permanentes às quais fora distribuída. Em todas essas Comissões recebeu pareceres contrários quanto ao mérito.

À luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a referida tramitação indica que

- (A) a rejeição será comunicada à Mesa da Câmara, que dará ciência ao Senado, Casa iniciadora.
- (B) a proposição será livremente apreciada pelo Plenário, que não estará vinculado aos pareceres exarados.
- (C) a proposição será tida como rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente, dando-se conhecimento ao Plenário e ao Senado.
- (D) a proposição será tida como arquivada, salvo se houver recurso de qualquer membro das Comissões, endereçado ao Plenário, que decidirá em caráter conclusivo.
- (E) os pareceres serão vinculantes para o Plenário, que somente pode desconsiderá-los pela maioria absoluta dos seus membros, qualquer que seja a natureza da proposição.

68

A Proposta de Emenda Constitucional nº X tramitava na Câmara dos Deputados, que atuava como Casa iniciadora, por duas legislaturas completas. Apesar dos esforços dos parlamentares de oposição, findou-se a legislatura sem que fosse apreciada.

Ao analisarem o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Deputados Federais que apoiavam a proposição concluíram corretamente que ela

- (A) será arquivada, independentemente de requerimento.
- (B) continuará a tramitar, independentemente de requerimento.
- (C) continuará a tramitar, desde que líder de partido político ou de bancada parlamentar requeira a continuidade da tramitação.
- (D) será arquivada, salvo se ao menos a metade dos Deputados Federais que subscreveram a proposição requerer a continuidade da tramitação.
- (E) será arquivada, salvo se o número mínimo de Deputados Federais exigido para a sua apresentação requerer a continuidade da tramitação.

69

O Presidente da República apresentou projeto de lei complementar sobre finanças públicas. João, Deputado Federal, que tinha entre seus compromissos de campanha justamente o aperfeiçoamento da matéria versada no referido projeto, buscou analisar, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a estratégia de convencimento que adotaria junto aos demais parlamentares, considerando os turnos de votação da proposição e o interstício entre eles.

Ao fim de sua análise, João concluiu corretamente que

- (A) como o projeto tramita em turno único, não havia que se falar em interstício.
- (B) apesar da previsão regimental de uma sessão de interstício, com a exigência de que constem da agenda mensal da ordem do Dia, é admitida a sua dispensa, mas apenas por acordo de Lideranças.
- (C) o interstício de cinco sessões entre cada turno de votação pode ser dispensado pelo Plenário, a requerimento de um quarto da composição da Câmara ou mediante acordo de Lideranças.
- (D) a proposição deve ser votada em dois turnos, sendo de duas sessões o interstício entre a aprovação da matéria, sem emendas, e o início do turno seguinte.
- (E) nos dois turnos de votação a que está sujeita a proposição, somente há discussão no primeiro deles, devendo existir um interstício de uma sessão entre a aprovação da matéria no primeiro e o turno seguinte.

70

Determinada proposição legislativa, durante sua tramitação, se encontrava, para análise, no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

No curso dos debates, surgiram discussões sobre a possibilidade, na perspectiva financeira, de determinado setor ser desonerado, o que ocorreria com a redução de certa contribuição social. Por tal razão, a referida Comissão entendeu que a matéria suscitada nas discussões era própria da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Sobre a hipótese narrada, à luz da sistemática estabelecida pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assinale a afirmativa correta.

(A) O Presidente da CAPADR deve suspender a tramitação da proposição e solicitar a manifestação da CFT ao respectivo Presidente.

- (B) A proposição deve ser encaminhada à Mesa da Câmara, que, aquiescendo com as razões invocadas, determinará a redistribuição da proposição à CFT, com posterior retorno à CAPADR.
- (C) A CAPADR deve apresentar requerimento escrito ao Presidente da Câmara, sendo que o encaminhamento da proposição à CFT não acarreta a dilação dos prazos no âmbito daquela Comissão.
- (D) Os debates surgidos na CAPADR, ainda que tangenciem matérias de competência de outras comissões, devem ser apreciadas exclusivamente no seu âmbito, logo, a proposição não deve ser encaminhada à CFT.
- (E) A CAPADR deve apresentar requerimento escrito à Mesa da Câmara, de cuja decisão cabe recurso para o Plenário, e, uma vez remetida a proposição à CFT, ocorrerá a dilação dos prazos no âmbito daquela Comissão.

Realização





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA IX

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) desenvolveram um índice para acompanhamento da economia subterrânea, proporcionando um indicador da evolução das atividades informais.

No ano de 2022, o peso da economia subterrânea no PIB brasileiro foi, aproximadamente, de

- (A) 1,9%.
- (B) 17,8%.
- (C) 32,1%.
- (D) 45,6%.
- (E) 59,2%.

2

O Índice da Economia Subterrânea (IES), desenvolvido em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), apresentou crescimento no período de 2017 a 2019, refletindo ainda a crise iniciada em meados de 2014.

Ao mesmo tempo, a redução da taxa Selic nesse período contribuiu para

- (A) amenizar o quadro de crescimento da economia subterrânea, que seria mais forte na ausência desse fator.
- (B) amenizar o quadro de crescimento da economia subterrânea, que seria mais fraco na ausência desse fator.
- (C) não gerar impacto no quadro de crescimento da economia subterrânea.
- (D) intensificar o quadro de crescimento da economia subterrânea, que seria mais forte na ausência desse fator.
- (E) intensificar o quadro de crescimento da economia subterrânea, que seria mais fraco na ausência desse fator.

3

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o mercado de trabalho brasileiro segue em trajetória favorável, apresentando algumas características como quedas contínuas da taxa de desocupação e expansão da ocupação, especialmente a formal.

De acordo com as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação dessazonalizada em julho de 2023 recuou pelo sexto mês consecutivo, atingindo seu menor patamar desde abril de 2015 e chegando ao percentual de

- (A) 1,3%.
- (B) 7,6%.
- (C) 14,9%.
- (D) 20,0%.
- (E) 26,5%.

4

De acordo com a Agência Senado, o Plenário do Senado aprovou recentemente o projeto de lei que prorroga por mais quatro anos a chamada desoneração da folha salarial, tipo de incentivo fiscal destinado a 17 grandes setores da economia brasileira que mais empregam.

A matéria desonera a folha de pagamentos ao permitir que a empresa substitua o recolhimento de 20% de imposto sobre sua folha de salários por alíquotas de 1% até 4,5% sobre

- (A) a folha de salários.
- (B) o lucro líquido.
- (C) o lucro bruto.
- (D) a receita líquida.
- (E) a receita bruta.

5

O Dia Mundial do Turismo é comemorado anualmente em 27 de setembro. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) celebrou a data em audiência pública no dia 03 de outubro de 2023, destacando a necessidade de mais investimentos no turismo como forma de alavancar o crescimento econômico do país. A audiência contou com a presença do ministro do Turismo, que falou sobre a intenção de ampliar o investimento no setor que representa hoje aproximadamente 7,8% do PIB.

De acordo com a pesquisa mensal de serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o agregado especial de atividades turísticas apresentou alta de 29,9% no ano de 2022, o que levou o setor a ficar

- (A) 25% abaixo do patamar pré-pandemia e 30,5% abaixo do ponto mais alto da série.
- (B) 15,5% abaixo do patamar pré-pandemia e 20% abaixo do ponto mais alto da série.
- (C) 1,5% acima do patamar pré-pandemia e 5,5% abaixo do ponto mais alto da série.
- (D) 10% acima do patamar pré-pandemia e 14,5% acima do ponto mais alto da série.
- (E) 19% acima do patamar pré-pandemia e 24% acima do ponto mais alto da série.

6

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Economia Criativa é um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em certos tipos de atividades, produtos ou serviços com vistas à geração de trabalho e renda.

Consoante às Nações Unidas, as atividades desse setor produzem bens com conteúdo criativo e valor econômico, sendo estes

- (A) apenas tangíveis e artísticos.
- (B) apenas tangíveis, sendo intelectuais ou artísticos.
- (C) tangíveis ou intangíveis, sendo intelectuais ou artísticos.
- (D) apenas intangíveis e intelectuais.
- (E) apenas intangíveis, sendo intelectuais ou artísticos.

7

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) registraram, em agosto de 2023, o maior volume de empregos gerados no Brasil no período de janeiro a agosto desse ano.

De acordo com pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) feita a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), nesse período de oito meses, as MPE contribuíram com o saldo de 988 mil postos de trabalho, o que representa, do total de vagas de trabalho criadas, aproximadamente,

- (A) 3%.
- (B) 23%.
- (C) 43%.
- (D) 73%.
- (E) 93%.

8

No acumulado de janeiro a agosto de 2023, o Brasil já tinha contabilizado a criação de quase 1 milhão de novos empregos por meio das Micro e Pequenas Empresas (MPE).

Nesse período, o setor que mais gerou empregos entre as MPE foi o

- (A) da agropecuária.
- (B) do comércio.
- (C) da construção.
- (D) da indústria da transformação.
- (E) de serviços.

9

De acordo com a Lei nº 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

Nesse cenário, é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada

- (A) cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00.
- (B) cujo período de prestação do serviço seja superior a 5 anos.
- (C) que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra.
- (D) que tenha como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos.
- (E) que tenha como objeto único a execução de obra pública.

10

De acordo com a Lei nº 13.334/16, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), os objetivos do PPI incluem os a seguir listados, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial.
- (B) Garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, sem a cobrança de tarifas.
- (C) Promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços.
- (D) Assegurar a estabilidade e a segurança jurídica, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos.
- (E) Fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

11

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) é composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda (SEPRAC).

A definição de mercado relevante, que é de vital importância para a análise dos casos que chegam ao CADE, leva em consideração

- (A) a dimensão produto.
- (B) a dimensão geográfica.
- (C) a dimensão produto e a dimensão geográfica.
- (D) a dimensão renda e a dimensão geográfica.
- (E) a dimensão renda, a dimensão produto e a dimensão geográfica.

12

Maria estudava a Lei de Defesa da Concorrência e aprendeu que ela estabelece que ocorre posição dominante quando uma empresa ou grupo de empresas controla parcela substancial de mercado relevante como fornecedor, intermediário, adquirente ou financiador de um produto, serviço ou tecnologia a ele relativa de tal forma que a empresa ou grupo de empresas seja capaz de, deliberada e unilateralmente, alterar as condições de mercado. Maria então perguntou a João, especialista no assunto: “*Quando a sociedade empresária tem participação substancial de mercado, ela necessariamente tem poder de mercado?*”.

João então respondeu corretamente:

- (A) sim, pois haverá barreiras à entrada naquele mercado.
- (B) sim, pois não existirá a possibilidade de importações.
- (C) sim, pois não ocorrerá efetividade de competição entre a empresa que tem posição dominante e seus concorrentes.
- (D) não, pois a existência de posição dominante não é fator suficiente para que a empresa tenha capacidade de aumento unilateral de preços.
- (E) não, pois a existência de posição dominante é condição suficiente, mas não necessária para a existência de poder de mercado.

13

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser subdividido em entidades normativas, supervisoras e operacionais. As entidades normativas são responsáveis pela definição das políticas e diretrizes gerais do sistema financeiro, sem função executiva. Uma dessas entidades é o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão deliberativo máximo do SFN. Esse principal ramo do SFN lida diretamente com alguns tipos de mercado, sendo aquele que fornece recursos para o consumo das pessoas em geral e para o funcionamento das sociedades empresárias conhecido como mercado

- (A) de câmbio.
- (B) de capitais.
- (C) de crédito.
- (D) monetário.
- (E) de seguros.

14

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

Uma de suas competências é

- (A) administrar as reservas internacionais brasileiras.
- (B) executar a política monetária mediante utilização de títulos do Tesouro Nacional.
- (C) fiscalizar e inspecionar as companhias abertas e os fundos de investimento.
- (D) manter ativos de ouro e de moedas estrangeiras para atuação nos mercados de câmbio.
- (E) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras nacionais.

15

Nos primeiros 10 meses de 2023, o Brasil apresentou um total de US\$ 282,47 bilhões em exportações, valor um pouco maior, mas praticamente igual ao mesmo período do ano anterior.

Em ambos os períodos, seu principal parceiro comercial para exportações foi

- (A) a Argentina.
- (B) a China.
- (C) os EUA.
- (D) o Japão.
- (E) a União Europeia.

16

Nos primeiros 10 meses de 2023, o Brasil apresentou um total de US\$ 202,25 bilhões em importações, apresentando uma média diária de importação 12,2% menor em relação ao mesmo período do ano anterior. Em ambos os períodos, seu principal parceiro comercial para importações foi

- (A) a Argentina.
- (B) a China.
- (C) os EUA.
- (D) o Japão.
- (E) a União Europeia.

17

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) é um programa do Governo Federal de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços, viabilizando financiamento em condições equivalentes às praticadas no mercado internacional. O Proex oferece duas modalidades de apoio à exportação: Proex Financiamento e o Proex Equalização. O Banco do Brasil S.A. é o agente exclusivo da União para o Proex. A modalidade Financiamento do Proex é o principal instrumento público de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços pós-embarque, a juros compatíveis aos praticados no mercado internacional, utilizando recursos do Tesouro Nacional.

A taxa de juros usada pelo Proex é a

- (A) CIRR.
- (B) FED.
- (C) LIBOR.
- (D) SELIC.
- (E) TJLP.

18

O balanço de pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.

A componente desse registro que representa o somatório dos valores líquidos dos investimentos diretos, investimentos em carteira, derivativos e outros investimentos é denominada

- (A) conta de capital.
- (B) conta financeira.
- (C) erros e omissões.
- (D) haveres da Autoridade Monetária.
- (E) transações correntes.

19

Conforme a Lei nº 5.172/66, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

De acordo com o Sistema Tributário Nacional, um imposto é

- (A) uma taxa, que é sinônimo de imposto.
- (B) um tributo, que é sinônimo de imposto.
- (C) uma contribuição de melhoria, mas um tributo não é necessariamente uma contribuição de melhoria.
- (D) um tributo, mas um tributo não é necessariamente um imposto.
- (E) uma taxa, mas um tributo não é necessariamente uma taxa.

20

A Organização Mundial do Comércio (OMC) conta, desde o início de seu funcionamento, em 1º de janeiro de 1995, com mecanismo de solução de controvérsias comerciais. O chamado Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) da OMC tem permitido, ao longo dos anos, definir o alcance dos Acordos que compõem o acervo normativo da OMC, contribuindo, dessa forma, para conferir maior segurança e transparência ao funcionamento da Organização.

Os contenciosos da OMC desenrolam-se em

- (A) três fases principais: consultas, painel e apelação.
- (B) três fases principais: painel, apelação e rejeição.
- (C) três fases principais: consultas, painel e rejeição.
- (D) quatro fases principais: consultas, painel, apelação e implementação.
- (E) quatro fases principais: consultas, painel, apelação e rejeição.

21

O BRICS é uma parceria entre cinco principais mercados emergentes e países em desenvolvimento, fundado em laços históricos de amizade, solidariedade e interesses compartilhados. Juntos, a República Federativa do Brasil, a Federação Russa, a República da Índia, a República Popular da China e a República da África do Sul representam mais de 42% da população global, 30% do território mundial, 23% do PIB mundial e 18% do comércio global.

Após a 15ª Cúpula dos BRICS, no mês de agosto de 2023, em Joanesburgo, África do Sul, seis países foram convidados a fazer parte do bloco, entre eles

- (A) Cuba, Nigéria e Tailândia.
- (B) Bangladesh, Marrocos e Belarus.
- (C) Cazaquistão, Venezuela e Vietnã.
- (D) Argentina, Etiópia e Irã.
- (E) Argélia, Bahrein e Honduras.

22

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um organismo que integra 190 países membros e busca estimular a cooperação monetária internacional, facilitar o comércio internacional, contribuir para altos níveis de emprego e renda real, promover a estabilidade cambial e ajudar os países membros a resolver desequilíbrios do balanço de pagamentos.

Conforme descrito no Convênio Constitutivo, o estatuto do FMI, a instituição busca promover o crescimento sustentável e a prosperidade de todos os seus 190 países membros, por meio de

- (A) sua única atividade central: empréstimos.
- (B) sua única atividade central: supervisão econômica.
- (C) suas duas atividades centrais: empréstimos e supervisão econômica.
- (D) suas duas atividades centrais: empréstimos e desenvolvimento das capacidades.
- (E) suas três atividades centrais: supervisão econômica, empréstimos e desenvolvimento das capacidades.

23

O Grupo Banco Mundial tem trabalhado com o governo brasileiro para fazer face às lacunas institucionais, regulatórias e de capacidade na trajetória de recuperação sustentável do Brasil e do crescimento inclusivo acelerado — tanto em nível federal quanto subnacional.

A Estratégia de Parceria com o País (*Country Partnership Framework* - CPF) para o Brasil, que abrange os exercícios financeiros de 2018 a 2023, foi construída em torno de

- (A) um único grande pilar: sustentabilidade fiscal e melhoria na prestação de serviços.
- (B) um único grande pilar: desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- (C) dois grandes pilares: sustentabilidade fiscal e melhoria na prestação de serviços; desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- (D) dois grandes pilares: aumento da produtividade e investimento do setor privado; desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- (E) três pilares: sustentabilidade fiscal e melhoria na prestação de serviços; aumento da produtividade e investimento do setor privado; desenvolvimento inclusivo e sustentável.

24

Os serviços de saneamento são prestados pelos estados ou municípios e compreendem o abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano, todos regulamentados pela Política Nacional de Saneamento. Com o novo marco legal do saneamento básico, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) passou a ter a competência de editar normas de referência para o setor de saneamento.

A ANA

- (A) no entanto, não fiscaliza esses serviços de saneamento e nem possui competência para aplicar penalidades, o que continua sendo uma atribuição das agências reguladoras infranacionais.
- (B) no entanto, fiscaliza esses serviços de saneamento mas não possui competência para aplicar penalidades, que continua sendo uma atribuição das agências reguladoras infranacionais.
- (C) no entanto, não fiscaliza esses serviços de saneamento mas possui competência exclusiva para aplicar penalidades caso seja necessário.
- (D) portanto, fiscaliza esses serviços de saneamento e possui competência exclusiva para aplicar penalidades.
- (E) portanto, fiscaliza esses serviços de saneamento e possui competência para aplicar penalidades juntamente com as agências reguladoras infranacionais.

25

A Nova Lei das Agências Reguladoras e a Lei da Liberdade Econômica preveem que as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos, consumidores ou usuários de serviços prestados devem ser precedidas da realização de

- (A) AIR.
- (B) EIA.
- (C) RIMA.
- (D) EIA/RIMA.
- (E) EVTE.

26

O Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) aprovou recentemente o Plano Estratégico Institucional que valerá até 2026. Os objetivos estratégicos desse plano incluem os a seguir listados, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Fomentar a economia verde e inclusiva.
- (B) Promover o comércio exterior e ampliar a inserção internacional da economia brasileira.
- (C) Promover a melhoria do ambiente de negócios e da regulação.
- (D) Promover a neointustrialização do país: indústria e serviços em novas bases sustentáveis e tecnológicas.
- (E) Valorizar a manutenção da matriz energética brasileira.

27

O Plano Plurianual (PPA) para 2024-2027 foi entregue ao Congresso Nacional no final de agosto de 2023, trazendo como uma de suas prioridades a neoindustrialização do país, tema que vem sendo defendido como primordial pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Para o programa “Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional”, que tem o MDIC como órgão responsável, o plano prevê um gasto total em 4 anos de, aproximadamente,

- (A) R\$ 90 milhões.
- (B) R\$ 900 milhões.
- (C) R\$ 9 bilhões.
- (D) R\$ 90 bilhões.
- (E) R\$ 900 bilhões.

28

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a política fiscal tem como objetivo a promoção da gestão financeira equilibrada dos recursos públicos, visando a assegurar a estabilidade e o crescimento econômico, o financiamento das políticas públicas e uma trajetória sustentável da dívida pública.

Em agosto de 2023, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu

- (A) 19,9% do PIB.
- (B) 39,9% do PIB.
- (C) 59,9% do PIB.
- (D) 79,9% do PIB.
- (E) 99,9% do PIB.

29

Política Fiscal é a conjugação das ações de gasto e arrecadação do governo.

O aumento relativo dos gastos (em relação ao PIB) ou a redução relativa da tributação são consideradas ações de política fiscal

- (A) expansivas, pois tendem a gerar crescimento econômico no curto prazo.
- (B) expansivas, pois tendem a gerar crescimento econômico no longo prazo.
- (C) mantenedoras, pois oscilam entre gerar crescimento e frear a economia no longo prazo.
- (D) contracionistas, pois tendem a frear a economia no curto prazo.
- (E) contracionistas, pois tendem a frear a economia no longo prazo.

30

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), inflação é o aumento dos preços de bens e serviços, implicando diminuição do poder de compra da moeda.

O índice de preços utilizado pelo BCB no sistema de metas para a inflação é o

- (A) IPCA, elaborado pelo BCB.
- (B) IGP-M, elaborado pelo BCB.
- (C) IGP-M, elaborado pela FGV.
- (D) IPCA, elaborado pelo IBGE.
- (E) IGP-M, elaborado pelo IBGE.

31

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), a inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro.

Dessa maneira a deflação é

- (A) desejável, pois o BCB trabalha para que os preços declinem.
- (B) desejável, pois o BCB trabalha para manter a inflação baixa.
- (C) indiferente, pois um comerciante poderá ter lucro ou prejuízo amanhã pelo estoque que fez hoje.
- (D) indesejável, pois as famílias e as empresas poderão adiantar suas decisões de consumo e investimento.
- (E) indesejável, pois preços em queda podem ser prejudiciais para o bom funcionamento da economia.

32

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), a inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação. Além disso, a inflação mais alta também aumenta o custo da dívida pública, pois as taxas de juros da dívida pública têm de compensar não só o efeito da inflação, mas também têm de incluir um prêmio de risco para compensar as incertezas associadas com a inflação mais alta.

As causas da inflação podem ser agrupadas, em sua totalidade, em

- (A) pressões de demanda e pressões de custos.
- (B) pressões de demanda; pressões de custos e inércia inflacionária.
- (C) pressões de demanda; pressões de custos e expectativas de inflação.
- (D) pressões de demanda; pressões de custos; inércia inflacionária; expectativas de inflação.
- (E) pressões de demanda; pressões de custos; inércia inflacionária; expectativas de inflação; aumento da taxa básica de juros da economia.

33

A estabilidade dos preços preserva o valor do dinheiro, mantendo o poder de compra da moeda. Para alcançar esse objetivo, o Banco Central do Brasil (BCB) utiliza a política monetária, política que se refere às ações do BCB que visam a afetar apenas

- (A) o custo do dinheiro.
- (B) o custo do dinheiro e as taxas de juros.
- (C) o custo do dinheiro e a quantidade de dinheiro na economia.
- (D) a quantidade de dinheiro na economia.
- (E) a quantidade de dinheiro na economia e as condições de liquidez na economia.

34

Com preços estáveis, todos podem se planejar melhor. Empresas têm melhores condições para realizar investimentos e as famílias para avaliar quanto vão gastar ao longo do mês. Nesse contexto, há condições mais propícias para que a economia cresça, favorecendo a criação de empregos e o aumento do bem-estar na sociedade.

O principal instrumento de política monetária é a taxa Selic, que é definida

- (A) pelo Copom a cada 45 dias.
- (B) livremente pelo mercado financeiro, diariamente.
- (C) pela política fiscal do Banco Central do Brasil a cada mês.
- (D) pelos bancos diariamente por meio do CDI.
- (E) pela CVM, sempre que julgue necessário.

35

Os mecanismos de transmissão da política monetária são os canais por meio dos quais mudanças na taxa Selic afetam o comportamento de outras variáveis econômicas, principalmente preços e produto. Um canal importante de transmissão da política monetária é o da taxa de câmbio, principalmente em economias abertas. A taxa de câmbio afeta a inflação por dois mecanismos.

Um dos efeitos ocorre por meio da

- (A) demanda agregada, pois o dólar mais barato incentiva as exportações e desestimula as importações.
- (B) demanda agregada, pois o dólar mais barato desincentiva as exportações e estimula as importações.
- (C) demanda e oferta agregadas, pois o dólar mais barato incentiva as exportações e desestimula as importações.
- (D) oferta agregada, pois o dólar mais barato desincentiva as exportações e estimula as importações.
- (E) oferta agregada, pois o dólar mais barato incentiva as exportações e desestimula as importações.

36

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o responsável pela regulamentação do mercado de câmbio no Brasil. O país adota o regime de câmbio

- (A) administrado, o que significa que o Banco Central do Brasil interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio e para manter a funcionalidade do mercado de câmbio.
- (B) administrado, o que significa que o Banco Central do Brasil não interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio, mas para manter a funcionalidade do mercado de câmbio.
- (C) fixo, o que significa que o Banco Central do Brasil interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio, mas não para manter a funcionalidade do mercado de câmbio.
- (D) flutuante, o que significa que o Banco Central do Brasil interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio, mas não para manter a funcionalidade do mercado de câmbio.
- (E) flutuante, o que significa que o Banco Central do Brasil não interfere no mercado para determinar a taxa de câmbio, mas para manter a funcionalidade do mercado de câmbio.

37

A função “meio de troca” da moeda é o que efetivamente a diferencia dos demais ativos.

Em uma economia sem moeda

- (A) o processo de troca seria bastante limitado.
- (B) a chamada dupla coincidência não é necessária.
- (C) o desenvolvimento econômico seria facilmente incentivado.
- (D) o custo de transações seria baixo.
- (E) os indivíduos levariam menos tempo trocando do que produzindo.

38

A função “unidade de conta” da moeda fornece um padrão para que as demais mercadorias expressem seus valores. Se por um lado, numa economia monetária, em um sistema com “n” mercadorias há “n” preços, facilitando as comparações dos agentes econômicos e suas tomadas de decisões; em um sistema de trocas sem moeda, em cada transação determina-se o preço de uma mercadoria em relação à outra. Assim, para uma mesma mercadoria, o referencial de valor se alteraria em cada transação. Se tivéssemos “n” mercadorias nesse sistema econômico não-monetário, cada uma dessas mercadorias teria

- (A) “n-1” expressões de valor e o sistema econômico como um todo teria $[n \cdot (n-1)]$ preços.
- (B) “n-1” expressões de valor e o sistema econômico como um todo teria $[n \cdot (n-1)] / 2$ preços.
- (C) “n” expressões de valor e o sistema econômico como um todo teria $[n \cdot (n-1)]$ preços.
- (D) “n+1” expressões de valor e o sistema econômico como um todo teria $[n \cdot (n-1)] / 2$ preços.
- (E) “n+1” expressões de valor e o sistema econômico como um todo teria $[n \cdot (n-1)]$ preços.

39

A função “reserva de valor” da moeda é uma necessidade decorrente da função “meio de troca”, ainda que a moeda não seja o único ativo que possa desempenhar aquela função.

Em muitos casos, justifica-se a manutenção da moeda como reserva de valor, pois ela

- (A) costuma oferecer rendimentos ou outros serviços.
- (B) apresenta liquidez menor que a maioria dos outros ativos.
- (C) não possui custos de conversão em meio de troca.
- (D) não perde valor.
- (E) não possui liquidez absoluta.

40

De acordo com o IBGE, a tarefa fundamental do Sistema de Contas Nacionais é compatibilizar os fluxos entre agentes que caracterizam a atividade econômica, assim como as variações dos estoques de ativos e passivos, integrando-os em um esquema contábil que fornece uma representação completa do funcionamento da economia. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado brasileiro em 2022 totalizou R\$ 9.915,3 bilhões, sendo R\$ 8.568,9 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos.

Sob a ótica da produção, as classes de atividade “Agropecuária”, “Indústria”, e “Serviços” representaram aproximadamente, em relação a este Valor Adicionado, respectivamente,

- (A) 79%, 15% e 6%.
- (B) 58%, 20% e 22%.
- (C) 37%, 8% e 55%.
- (D) 22%, 50% e 28%.
- (E) 8%, 24% e 68%.

41

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a preços de mercado em 2022 totalizou R\$ 9.915,3 bilhões. Quanto aos componentes do PIB pela ótica da demanda, as “Exportações Líquidas de Bens e Serviços” totalizaram R\$ 74,5 bilhões, e a “Variação de Estoque” totalizou um valor negativo de R\$ 67,3 bilhões.

Quanto aos outros componentes, quais sejam, “Despesa de Consumo das Famílias”, “Despesa de Consumo do Governo”, e “Formação Bruta de Capital Fixo”, estes representaram aproximadamente, em relação ao PIB a preços de mercado, respectivamente,

- (A) 3%, 51% e 46%.
- (B) 23%, 7% e 70%.
- (C) 43%, 49% e 8%.
- (D) 63%, 18% e 19%.
- (E) 83%, 1% e 16%.

42

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 registrou um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. O PIB resultou do aumento de 3,0% do Valor Adicionado a preços básicos e de 2,1% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado refletiu o desempenho dos subsetores que o compõem.

O subsetor que apresentou uma das maiores variações percentuais positivas em relação a 2021 (6,9%) foi o de

- (A) agropecuária.
- (B) comércio.
- (C) construção.
- (D) indústrias de transformação.
- (E) indústrias extrativas.

43

De acordo com a análise das Contas Nacionais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de poupança bruta ficou em 15,9% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022. De 2000 a 2021, a referida taxa anual ficou sempre

- (A) acima de 20% do PIB.
- (B) abaixo de 10% do PIB.
- (C) entre 12% e 20% do PIB.
- (D) acima da taxa de investimento.
- (E) abaixo da taxa de investimento.

44

Zona Franca Verde é um novo incentivo concedido pelo Governo Federal para produção industrial, que prevê a isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos em cuja composição haja preponderância de matéria-prima de origem vegetal, animal ou mineral, resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal

- (A) na região da Amazônia Ocidental e no Estado do Amapá.
- (B) na região Nordeste e no Estado do Pará.
- (C) na região Centro-Oeste e no Estado do Tocantins.
- (D) na região Sul.
- (E) em qualquer região do Brasil, exceto o Sudeste.

45

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. Elas contribuem para o desenvolvimento local e para a diminuição das desigualdades regionais. A produção no espaço da ZPE garante às empresas isenção de IPI, Pis, Cofins e Imposto de Importação e AFRMM na aquisição e importação de insumos e matérias primas. Vários países investem fortemente nesse modelo.

O Brasil tem duas ZPEs em operação, localizadas em

- (A) Macapá (AP) e Guajiru (RN), criadas por iniciativa de entes públicos, pois não é permitida a instalação de ZPEs privadas.
- (B) Pecém (CE) e Parnaíba (PI), criadas por iniciativa de entes públicos, apesar de ser permitida a instalação de ZPEs privadas.
- (C) São Luís (MA) e Recife (PE), criadas por iniciativa de entes públicos, pois não é permitida a instalação de ZPEs privadas.
- (D) Belém (PA) e João Pessoa (PB), criadas por iniciativa de entes públicos, apesar de ser permitida a instalação de ZPEs privadas.
- (E) Aracruz (ES) e Aracaju (SE), criadas por iniciativa de entes públicos, pois não é permitida a instalação de ZPEs privadas.

46

As Áreas de Livre Comércio (ALC) no Brasil oferecem benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus quanto ao aspecto comercial. Além de conter outros objetivos, as ALC foram criadas com o intuito de promover o desenvolvimento e a integração nacional

- (A) exclusivamente de cidades de fronteira internacional, como Macapá.
- (B) exclusivamente de cidades de fronteira internacional, como Santana.
- (C) majoritariamente de cidades de fronteira internacional, como Rio Branco.
- (D) majoritariamente de cidades de fronteira internacional, como Boa Vista.
- (E) majoritariamente de cidades de fronteira internacional, como Corumbá.

47

De acordo com o Índice Global de Inovação (IGI) 2023 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido e Singapura são as economias mais inovadoras do mundo. O Brasil ficou na 49ª posição entre 132 economias do mundo, galgando cinco posições este ano e se consolidando no grupo de economias que mais melhoraram o seu desempenho no IGI nos últimos quatro anos.

O país apresenta pontuações elevadas em indicadores como serviços governamentais *online* (14ª posição), participação eletrônica (11ª), e destaca-se pelo valor de seus

- (A) 2 unicórnios, representando 0,1% do PIB nacional.
- (B) 16 unicórnios, representando 1,9% do PIB nacional.
- (C) 29 unicórnios, representando 16,3% do PIB nacional.
- (D) 41 unicórnios, representando 21,2% do PIB nacional.
- (E) 57 unicórnios, representando 28,8% do PIB nacional.

48

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) elabora anualmente o Índice Global de Inovação (IGI), composto por sete grandes áreas: “Capital humano e pesquisa”, “Infraestruturas”, “Instituições”, “Produtos criativos”, “Produtos de conhecimento e tecnologia”, “Sofisticação do mercado”, e “Sofisticação empresarial”.

De acordo com o resultado do IGI 2023, “Sofisticação empresarial” e “Produtos criativos” foram as áreas em que o Brasil obteve seu melhor desempenho. Já o pior desempenho foi na seguinte área:

- (A) “capital humano e pesquisa”.
- (B) “infraestruturas”.
- (C) “instituições”.
- (D) “produtos de conhecimento e tecnologia”.
- (E) “sofisticação do mercado”.

49

De acordo com a Lei nº 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, serão admitidas conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial, como por exemplo na hipótese de negociação de dívidas e respectivas formas de pagamento entre a empresa em dificuldade e seus credores, em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação judicial.

Nessa hipótese, será

- (A) facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 dias, para tentativa de composição com seus credores.
- (B) facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 180 dias, para tentativa de composição com seus credores.
- (C) facultado às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 360 dias, para tentativa de composição com seus credores.
- (D) obrigatório às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 60 dias, para tentativa de composição com seus credores.
- (E) obrigatório às empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial obter tutela de urgência cautelar, a fim de que sejam suspensas as execuções contra elas propostas pelo prazo de até 180 dias, para tentativa de composição com seus credores.

50

De acordo com a Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, o conselho de administração será composto por no mínimo três membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer o número de conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia ou pelo próprio conselho; o modo de substituição dos conselheiros; o prazo de gestão, que não poderá ser superior a três anos, permitida a reeleição; as normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho, que deliberará por maioria de votos, podendo o estatuto estabelecer quórum qualificado para certas deliberações, desde que especifique as matérias.

Além disso, o estatuto

- (A) poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados; sendo obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela CVM.
- (B) poderá prever a participação no conselho de representantes dos empregados; sendo facultativa a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela CVM.
- (C) deverá prever a participação no conselho de representantes dos empregados; sendo obrigatória a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela B3.
- (D) deverá prever a participação no conselho de representantes dos empregados; sendo facultativa a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela B3.
- (E) deverá prever a participação no conselho de representantes dos empregados; sendo facultativa a participação de conselheiros independentes, nos termos e nos prazos definidos pela CVM.

51

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), é uma base comumente utilizada para o reajuste anual dos contratos de aluguel.

De acordo com o FGV IBRE, o IGP-M calculado em 12 meses, para os dezessete meses do período de janeiro de 2021 a julho de 2022, ficou sempre

- (A) acima de 10%, enquanto que o IGP-M calculado em 12 meses para os primeiros dez meses de 2023 apresentou sempre valores abaixo de 5%, incluindo valores percentuais negativos.
- (B) acima de 10%, enquanto que o IGP-M calculado em 12 meses para os primeiros dez meses de 2023 apresentou sempre valores percentuais positivos abaixo de 5%.
- (C) entre 8% e 12%, enquanto que o IGP-M calculado em 12 meses para os primeiros dez meses de 2023 apresentou sempre valores percentuais positivos abaixo de 5%.
- (D) abaixo de 10%, enquanto que o IGP-M calculado em 12 meses para os primeiros dez meses de 2023 apresentou sempre valores acima de 5%.
- (E) abaixo de 10%, enquanto que o IGP-M calculado em 12 meses para os primeiros dez meses de 2023 apresentou sempre valores acima de 10%.

52

No Brasil, a meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e cabe ao Banco Central do Brasil (BCB) adotar as medidas necessárias para alcançá-la. A meta para 2023 é de uma inflação de 3,25%, e o sistema prevê ainda um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo. O índice de preços utilizado por esse sistema foi calculado em 12 meses no mês janeiro de 2023 e apresentou um resultado de 5,77%.

Esse mesmo índice de preços calculado em 12 meses tem apresentado, desde então até setembro de 2023, um valor

- (A) abaixo de 5,77% e sempre menor que o mês anterior.
- (B) abaixo de 5,77%, mas nem sempre menor que o mês anterior.
- (C) às vezes abaixo de 5,77%, às vezes acima de 5,77%.
- (D) acima de 5,77% e sempre maior que o mês anterior.
- (E) acima de 5,77%, mas nem sempre maior que o mês anterior.

53

Foi publicado no Diário Oficial de 31 de outubro de 2023 o novo arcabouço fiscal brasileiro (Lei Complementar 200/2023), que substitui o antigo teto de gastos como a âncora fiscal nas contas públicas da União.

De acordo com as novas regras, os investimentos deverão ser a cada ano equivalentes a, no mínimo, 0,6% do PIB estimado no respectivo projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para 2024, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) estima um PIB de R\$ 11,5 trilhões, que se mantido no projeto orçamentário, resulta em R\$ 69 bilhões em investimentos. Caso o governo consiga fazer um resultado primário superior ao limite do intervalo de tolerância, ou seja,

- (A) 0,5 p.p. do PIB a mais que a meta de resultado primário, até 100% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte, sendo que as dotações adicionais em investimentos não poderão ultrapassar o equivalente a 0,25 p.p. do PIB do ano anterior.
- (B) 0,5 p.p. do PIB a mais que a meta, até 70% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte, sendo que as dotações adicionais em investimentos não poderão ultrapassar o equivalente a 0,5 p.p. do PIB do ano anterior.
- (C) 0,5 p.p. do PIB a mais que a meta, até 50% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte, sendo que as dotações adicionais em investimentos não poderão ultrapassar o equivalente a 0,25 p.p. do PIB do ano anterior.
- (D) 0,25 p.p. do PIB a mais que a meta, até 70% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte, sendo que as dotações adicionais em investimentos não poderão ultrapassar o equivalente a 0,25 p.p. do PIB do ano anterior.
- (E) 0,25 p.p. do PIB a mais que a meta, até 50% do excedente poderá ser aplicado em investimentos no ano seguinte, sendo que as dotações adicionais em investimentos não poderão ultrapassar o equivalente a 0,25 p.p. do PIB do ano anterior.

54

De acordo com o *World Economic Outlook* (Perspectivas Econômicas Mundiais) elaborado pelo FMI em outubro de 2023, a previsão da linha de base é de que o crescimento global desacelere de

- (A) 5,5% em 2022 para 5,0% em 2023, abaixo da média histórica (2000 a 2019) de 5,8%, como resultado da desaceleração das economias desenvolvidas de 4,6% em 2022 para 3,5% em 2023, e dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento de 6,1% em 2022 para 6,0% em 2023.
- (B) 5,5% em 2022 para 5,0% em 2023, acima da média histórica (2000 a 2019) de 3,8%, como resultado da desaceleração das economias desenvolvidas de 6,1% em 2022 para 6,0% em 2023, e dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento de 4,6% em 2022 para 3,5% em 2023.
- (C) 4,5% em 2022 para 4,0% em 2023, acima da média histórica (2000 a 2019) de 3,8%, como resultado da desaceleração das economias desenvolvidas de 5,1% em 2022 para 5,0% em 2023, e dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento de 3,6% em 2022 para 2,5% em 2023.
- (D) 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023, abaixo da média histórica (2000 a 2019) de 5,8%, como resultado da desaceleração das economias desenvolvidas de 4,1% em 2022 para 3,0 em 2023, e dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento de 2,6% em 2022 para 2,5% em 2023.
- (E) 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023, abaixo da média histórica (2000 a 2019) de 3,8%, como resultado da desaceleração das economias desenvolvidas de 2,6% em 2022 para 1,5% em 2023, e dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento de 4,1% em 2022 para 4,0% em 2023.

55

De acordo com o *World Economic Outlook* (Perspectivas Econômicas Mundiais) elaborado pelo FMI em outubro de 2023, a invasão da Ucrânia pela Rússia provocou a fragmentação de alguns mercados de *commodities*.

As *commodities* são, particularmente,

- (A) pouco vulneráveis à tal fragmentação devido à produção descentralizada, ao consumo de fácil substituição e ao seu papel pouco relevante para as tecnologias.
- (B) pouco vulneráveis à tal fragmentação devido à produção concentrada, ao consumo de difícil substituição e ao seu papel crítico para as tecnologias.
- (C) vulneráveis à tal fragmentação devido à produção descentralizada, ao consumo de difícil substituição e ao seu papel pouco relevante para as tecnologias.
- (D) vulneráveis à tal fragmentação devido à produção concentrada, ao consumo de fácil substituição e ao seu papel pouco relevante para as tecnologias.
- (E) vulneráveis à tal fragmentação devido à produção concentrada, ao consumo de difícil substituição e ao seu papel crítico para as tecnologias.

56

De acordo com o estudo “Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia”, desenvolvido entre 2021 e 2022 pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados do Congresso brasileiro, o Brasil e o mundo têm passado por importantes mudanças estruturais e sofreram grande choque econômico e social com a pandemia da Covid-19.

O crescimento de 5,0% do PIB brasileiro em 2021

- (A) igualou a economia brasileira ao nível de 2020, e a renda per capita brasileira em paridade do poder de compra permanece abaixo do nível de 2012.
- (B) igualou a economia brasileira ao nível de 2019, e a renda per capita brasileira em paridade do poder de compra permanece abaixo do nível de 2013.
- (C) igualou a economia brasileira ao nível de 2018, e a renda per capita brasileira em paridade do poder de compra permanece abaixo do nível de 2014.
- (D) igualou a economia brasileira ao nível de 2017, e a renda per capita brasileira em paridade do poder de compra permanece abaixo do nível de 2015.
- (E) igualou a economia brasileira ao nível de 2016, e a renda per capita brasileira em paridade do poder de compra permanece abaixo do nível de 2016.

57

De acordo com o estudo “Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia”, desenvolvido entre 2021 e 2022 pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados do Congresso brasileiro, as contribuições externas recebidas no âmbito do estudo, bem como as evidências encontradas na pesquisa, principalmente no comparativo internacional, assim como as conclusões das discussões, audiências públicas e seminário internacional levadas a cabo, indicam que a economia brasileira deve buscar inserção adequada à nova ordem economia mundial.

Essa reconfiguração pós-pandemia demanda uma regulação voltada

- (A) ao crescimento econômico usual e que traga o progresso necessário às nossas condições econômicas, pois o crescimento recente somado à redução da desigualdade social revela-se sustentável.
- (B) ao crescimento econômico, mesmo que altamente poluidor, e que traga o progresso necessário às nossas condições sociais, pois a estagnação recente somada à manutenção da desigualdade social revela-se insustentável.
- (C) ao crescimento econômico inclusivo e que traga o progresso necessário às nossas condições sociais, pois a estagnação recente somada ao crescimento da desigualdade social revela-se insustentável.
- (D) à desaceleração econômica e que traga o progresso necessário às nossas condições ambientais, pois o crescimento recente somado ao crescimento da poluição revela-se insustentável.
- (E) à desaceleração econômica e que estabilize o nível de progresso atingido pela sociedade, pois o crescimento recente somado ao atual nível de tecnologia revela-se sustentável.

58

O salário-mínimo vigente no Brasil de 01/01/2022 a 31/12/2022 foi de R\$ 1.212,00. Em 01/01/2023, o mesmo passou a valer R\$ 1.302,00, correspondendo a uma variação nominal de 7,43%. Em 01/05/2023, ele sofreu nova alteração, passando a valer R\$ 1.320,00, refletindo agora uma variação nominal de 1,38%.

Considerando o IPCA como índice inflacionário de referência, que o IPCA acumulado em 2022 foi de 5,79%, e que o IPCA acumulado nos quatro primeiros meses de 2023 foi de 2,72%, pode-se concluir que a variação nominal do salário mínimo, a variação real do salário mínimo, e o IPCA acumulado, de 01/01/2022 a 01/05/2023, foram respectivamente de

- (A) 8,81%, 0,24% e 8,51%.
- (B) 8,81%, 0,22% e 8,67%.
- (C) 8,81%, 0,30% e 8,51%.
- (D) 8,91%, 0,22% e 8,67%.
- (E) 8,91%, 0,24% e 8,51%.

59

Pela Teoria da Agência, um Diretor Financeiro de uma sociedade empresária constituída por ações e com fins lucrativos poderia atuar em desacordo com os interesses dos acionistas.

No entanto, quando os Diretores Financeiros de uma sociedade empresária atuam alinhados aos interesses dos donos da empresa, eles devem buscar, acima de tudo

- (A) maximizar o lucro do ano corrente.
- (B) maximizar a riqueza dos acionistas.
- (C) maximizar o patrimônio líquido contábil.
- (D) minimizar o custo total de propriedade.
- (E) minimizar o custo fixo.

60

Uma empresa com fins lucrativos está realizando seu processo de orçamento de capital. Seus gestores pretendem montar uma carteira de projetos de investimentos que apresente o maior Valor Presente Líquido possível. Apesar de não ter recursos financeiros para aprovar e seguir adiante com todos os bons projetos que foram apresentados, foi selecionada a melhor carteira possível. Para tanto, os gestores da empresa responsáveis pelo processo criaram um *ranking* dos projetos mais eficientes em criar riqueza.

Portanto, pode-se depreender que eles ordenam os projetos com base no critério conhecido como

- (A) Índice de Rentabilidade.
- (B) Valor Presente Líquido.
- (C) Taxa Interna de Retorno.
- (D) Retorno Sobre o Patrimônio Líquido.
- (E) *Payback* Descontado.

61

Uma sociedade empresária com fins lucrativos encontra-se atualmente bastante alavancada financeiramente, com empréstimos financeiros realizados no sistema Price ou Francês, com prazo de vencimento maior que um ano e que aparecem no Passivo Não-Circulante de seu Balanço Patrimonial. Além disso, pode-se encontrar neste mesmo relatório contábil valores relevantes em suas contas de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, ambos apresentando ativos com pelo menos mais dois anos de vida útil.

Na sua próxima Demonstração do Resultado do Exercício, a ser emitida dentro de um mês, serão encontrados, certamente, custos ou despesas referentes à amortização de

- (A) suas dívidas financeiras.
- (B) seu Ativo Imobilizado.
- (C) seu Ativo Intangível.
- (D) seus Ativos Imobilizado e Intangível.
- (E) sua alavancagem financeira.

62

Considere a seguinte identidade: $RSPL = ML.GA.AF$. Nela, RSPL, também conhecido em inglês como ROE, refere-se ao Retorno Sobre o Patrimônio Líquido de uma empresa; GA refere-se a seu Giro do Ativo total; ML refere-se à sua Margem Líquida; e AF refere-se ao seu grau de Alavancagem Financeira. Considerando que uma empresa saudável financeiramente (Patrimônio Líquido positivo) pretende calcular seu RSPL para o ano recém encerrado, em que suas vendas geraram lucro, pode-se concluir que seu RSPL será necessariamente

- (A) negativo.
- (B) menor que ML.GA .
- (C) igual a ML.GA .
- (D) maior ou igual a ML.GA .
- (E) Igual ao Retorno Sobre o Ativo Total.

63

Imagine, de forma simplificada, um consumidor que só compra dois bens normais: refrigerante e pizza. Agora pense numa situação nova em que ocorre a queda do preço do refrigerante.

De acordo com a teoria da escolha do consumidor, pode-se afirmar que este consumidor comprará, após a queda do preço do refrigerante

- (A) menos pizza do que antes.
- (B) a mesma quantidade de pizza de antes.
- (C) mais pizza do que antes.
- (D) a mesma quantidade de refrigerante de antes.
- (E) mais refrigerante do que antes.

64

Os economistas usam a expressão *bem de Giffen*, em homenagem ao economista Robert Giffen, para descrever bens

- (A) inferiores, para os quais o efeito renda domina o efeito substituição, portanto suas curvas de demanda têm inclinação ascendente.
- (B) inferiores, para os quais o efeito substituição domina o efeito renda, portanto suas curvas de demanda têm inclinação ascendente.
- (C) neutros, para os quais o efeito substituição domina o efeito renda, portanto suas curvas de demanda têm inclinação descendente.
- (D) normais, para os quais o efeito renda domina o efeito substituição, portanto suas curvas de demanda têm inclinação ascendente.
- (E) normais, para os quais o efeito substituição domina o efeito renda, portanto suas curvas de demanda têm inclinação descendente.

65

A teoria dos jogos pode ser entendida como o estudo de como as pessoas ou empresas comportam-se em situações estratégicas.

A teoria dos jogos é mais útil para a compreensão de uma estrutura de mercado conhecida como

- (A) competição perfeita.
- (B) competição monopolística.
- (C) monopólio.
- (D) monopsônio.
- (E) oligopólio.

66

Uma sociedade empresária é um monopólio se é a única vendedora de seu produto e se seu produto não tem substitutos próximos.

A causa fundamental dos monopólios está nas barreiras à entrada, que por sua vez têm

- (A) uma origem principal: as “regulamentações do governo”, quando o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço.
- (B) duas origens principais: as “regulamentações do governo”, quando o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço; e o “processo de produção”, quando uma única empresa consegue fornecer produtos a custo mais baixo que um grande número de produtores.
- (C) duas origens principais: os “recursos de monopólio”, quando um recurso-chave necessário para produção é exclusivo de uma única empresa; e o “processo de produção”, quando uma única empresa consegue fornecer produtos a custo mais baixo que um grande número de produtores.
- (D) duas origens principais: os “recursos de monopólio”, quando um recurso-chave necessário para produção é exclusivo de uma única empresa; e as “regulamentações do governo”, quando o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço.
- (E) três origens principais: os “recursos de monopólio”, quando um recurso-chave necessário para produção é exclusivo de uma única empresa; as “regulamentações do governo”, quando o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço; e o “processo de produção”, quando uma única empresa consegue fornecer produtos a custo mais baixo que um grande número de produtores.

67

A oferta e a demanda são as forças que fazem as economias de mercado funcionarem. São elas que determinam a quantidade produzida de cada bem e o preço pelo qual o bem será vendido. Se uma pessoa quiser saber como a economia será afetada por qualquer evento, ela precisa pensar nos impactos provocados por este evento sobre a oferta e a demanda. Considere dois mercados perfeitamente competitivos denominados X e Y onde são transacionados bens normais substitutos.

Considerando tudo mais constante (*ceteris paribus*), quando ocorre a queda do preço no mercado X, ocorre no mercado Y

- (A) redução da demanda.
- (B) redução da oferta.
- (C) movimento ao longo da curva de demanda.
- (D) aumento da demanda.
- (E) aumento da oferta.

68

A oferta e a demanda são as forças que fazem as economias de mercado funcionarem. São elas que determinam a quantidade produzida de cada bem e o preço pelo qual o bem será vendido. Se uma pessoa quiser saber como a economia será afetada por qualquer evento, ela precisa pensar nos impactos provocados por este evento sobre a oferta e a demanda. Considere um mercado perfeitamente competitivo denominado Z onde é transacionado um bem normal.

Considerando tudo mais constante (*ceteris paribus*), quando ocorre o aumento do preço dos seus insumos de produção, ocorre no mercado Z

- (A) redução da demanda.
- (B) redução da oferta.
- (C) movimento ao longo da curva de oferta.
- (D) aumento da demanda.
- (E) aumento da oferta.

69

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa editou o Decreto nº X, instituindo uma Comissão de Juristas para analisar a possibilidade de serem aumentadas algumas alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS). A depender das conclusões da Comissão, seria apresentado em eventual projeto de lei no início do próximo exercício financeiro.

Ao fim de sua análise, a Comissão concluiu corretamente, à luz da Constituição Federal de 1988, que

- (A) os Estados devem observar as alíquotas estabelecidas em lei complementar de caráter nacional editada pela União.
- (B) o princípio da seletividade, por não ser de adoção obrigatória, não se projetará sobre a alíquota do ICMS em não sendo adotado.
- (C) os Estados estão vinculados às alíquotas estabelecidas pelo Senado Federal, somente podendo incursionar nessa temática quando expressamente autorizados por essa Casa Legislativa.
- (D) os Estados somente podem alterar a alíquota do ICMS quando autorizado em “convênio”, a ser aprovado por decisão unânime de representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- (E) os Estados têm plena liberdade de conformação para definir as alíquotas do ICMS, que podem ser mais elevadas em relação a certos bens e serviços, a exemplo da energia elétrica e dos serviços de telecomunicação.

70

O Município *Alfa* instituiu a sociedade de economia mista *Beta*, a partir de permissivo legal, com capital social majoritariamente público, tendo por objeto social o desempenho de atividade econômica em sentido amplo, típica do Poder Público, em regime não concorrencial. Essa medida suscitou intensos debates a respeito de sua conformidade constitucional, considerando a natureza da personalidade jurídica da referida entidade.

À luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) não há irregularidade formal ou material na instituição de *Beta*, que pode exercer o poder de polícia.
- (B) a atividade típica de Estado pode ser delegada a *Beta*, desde que não importe no exercício do poder de polícia.
- (C) entidades como *Beta* somente podem desempenhar atividade econômica em sentido estrito, em regime concorrencial.
- (D) entidades que integram a Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de direito privado, como *Beta*, não podem exercer atividade típica de Estado.
- (E) é lícito o objeto social de *Beta*, desde que a atividade econômica a ser explorada seja atribuída ao Poder Público, pela ordem constitucional, em regime de monopólio.

Realização

